

ESTADO E ECONOMIA NA AMÉRICA LATINA: A CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO NEO-ESTRUTURALISTA CEPALINO

PROF^a. DR^a. JUDITE SANSON DE BEM ¹

Resumo: A América Latina tem sua industrialização intensificada sobretudo a partir da Segunda Guerra Mundial, quando a Região, em não tendo acesso imediato aos bens que outrora importava, é obrigada a preocupar-se com a substituição de alguns produtos para a manutenção dos hábitos de consumo da sociedade ou mesmo a produção de bens intermediários e x de capital. No entanto as dificuldades para tal industrialização eram muitas, e entre elas a falta de agentes capazes de reunir poupança suficiente para tal ou mesmo coordenar as políticas de alavancagem deste desenvolvimento. A CEPAL nasceu como uma Instituição pertencente a ONU e que tinha como responsabilidade o Estudo destas deficiências e a busca de soluções para tal. Com base em uma metodologia Histórico-descritivo o trabalho fará uma revisão do pensamento estruturalista da CEPAL, dos anos de 1950 em diante, e a contextualização das funções do Estado sobremaneira nos anos de 1990 quando há uma forte influência do neoliberalismo. Percebe-se que houve, neste período histórico um conjunto de fatos (econômicos, sociais, políticos) que deslocaram o eixo de atuação do Estado: de agente central do desenvolvimento passa a ator coadjuvante.

Palavras Chave: Estruturalismo, Estado, Neoestruturalismo, Liberalismo, CEPAL, História da América Latina.

¹ Economista, Doutora em História Íbero Americana. Prof. dos Cursos de Economia da UCS, UNILASALLE e Administração do UNIRITTER.

1. INTRODUÇÃO

A ciência, no século XXI, cada vez mais demanda pesquisa, desenvolvimento de teorias, produtos, serviços e novas tecnologias que consigam explicar o momento histórico e diminuir as desigualdades entre os diferentes países e as pessoas, pois o objetivo maior da ciência deve ser a construção e a sustentação do bem-estar humano, calcado no entendimento da realidade pré e pós-existente.

A pesquisa, com o advento das novas idéias, exige, cada vez mais, a interdisciplinaridade, pois não se consegue entender os fatos, sejam eles sociais, econômicos, históricos, tecnológicos e outros, se não houver a compreensão de que eles não atuam isoladamente e que, portanto, estão situados em fronteiras ou talvez sem fronteiras delimitadas e seccionadas.

Este trabalho compreende um caso de dificuldade para se delimitar a existência de fronteiras definidas entre a história e a economia, pois não se entende o desenvolvimento da América Latina e o pensamento da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL - sem a compreensão dos fatos históricos e do desenvolvimento econômico mundial, embora não se deva cair no engessado determinismo histórico.

Outros fatores, além do econômico, podem explicar a evolução do pensamento da América Latina e da CEPAL, como o político e o cultural.

O período da análise traz em si o confronto proposto pelos objetivos:

- 1950 a 1960 – Construção do pensamento estruturalista cepalino.
- 1980 – Crise Fiscal da América Latina e a retomada das idéias liberais nos países mais desenvolvidos, em especial EUA e Inglaterra, levando à busca da reconstrução do pensamento estruturalista.
- Década de 1990 – A formalização do pensamento liberal e a incorporação de idéias deste ao pensamento neo-estruturalista cepalino.

O tema: *A desconstrução do pensamento estruturalista cepalino nos anos 1950 a 1960*, em função da crise fiscal e da imposição para a adoção de novas políticas econômicas-sociais (final dos anos 1980 e anos 1990), traz consigo o surgimento de uma nova forma de se pensar o Estado. Tal fato contribuiu para a evolução da América Latina, seja ela política, social, histórica, econômica ou outra, justificando pois, o fato de não se poder pensar a Região² como uma ilha isolada no globo terrestre, logo, sem influência de outrém, ou se pensar em isolar o desenvolvimento econômico sem falar na presença do Estado.

Objetivo do texto é verificar a evolução do pensamento cepalino estruturalista sobre as funções do Estado, verificar os fatores que levaram à crise dos anos de 1990 – considerada a Década Perdida – e posteriormente mostrar a influência do liberalismo no receituário neo-estruturalista dos anos de 1990.

² Será utilizado, neste trabalho, o termo Região, como sinônimo do somatório de países que compõem a América Latina e Caribe, independente da existência de definições sociológicas, econômicas ou históricas. Na literatura oficial da CEPAL, ambos os termos - América Latina e Região - são usados indistintamente conforme exemplo abaixo: "Neste artigo se analisa a mutação estrutural da indústria latino-americana, que se acelerou durante os anos noventa à medida que foram se consolidando na região os programas de abertura externa das economias (...)" (Katz, ago. 2000, p. 65).

O período cronológico do trabalho, portanto será da década de 1950 à 1998 e a metodologia teórico-descritiva.

2. Desenvolvimento do Pensamento Estruturalista Cepalino.

Se ao Estado são atribuídas funções que variam das mais intervencionistas às menos intervencionistas é impossível concebê-lo como um agente neutro. Muito pelo contrário, é essa mutação, ao longo do tempo, que justifica seu estudo, sobretudo se for adicionada a concepção cepalina de desenvolvimento da América Latina e os problemas estruturais que o permeavam.

A CEPAL desenvolveu-se como uma escola de pensamento, cujo centro de suas reflexões eram as tendências econômicas e sociais da América Latina, embora, num primeiro momento, fossem somente de longo prazo.

Ao seu redor gravitaram Raúl Prebisch, Aníbal Pinto, Celso Furtado, Aldo Ferrer, Osvaldo Sunkel, Fernando Faynzylber, Medina Echavarría e Octavio Rodríguez, entre outros³.

Para o pensamento cepalino, três são os grandes pontos analíticos comuns aos cinquenta anos de existência da mesma: em primeiro lugar, situava-se o enfoque que caracteriza uma relação desigual entre os países desenvolvidos “centrais” e os países “periféricos” da Região denominado análise histórico-estruturalista; em segundo lugar, estão as dificuldades de inserção internacional, decorrentes dos condicionantes internos estruturais que

³ Mais detalhes com Celso Furtado. *A Fantasia Organizada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

poderiam alavancar um crescimento auto-sustentado com possibilidades de endogenizar o progresso tecnológico e aumentar o nível de emprego e, conseqüentemente, a melhoria da distribuição de renda; em terceiro lugar, objeto de nosso trabalho, está a análise das possibilidades de ação do Estado.

As idéias centrais da CEPAL seguem, inevitavelmente, a evolução histórica⁴ da Região, ou ainda o contexto do desenvolvimento mundial, considerando que, na condição de periferia ou de dependentes, nosso traçado está atrelado ao compasso dos países desenvolvidos.

Em sendo essa uma das hipóteses básicas da análise estruturalista e, portanto, necessária na análise ou objetivo deste estudo, a periodização e caracterização dos elementos analíticos, e a execução do mesmo se fazem presentes a seguir. Ainda, torna-se imprescindível verificar se a evolução da história do pensamento cepalino é influenciada por fatores que ocorrem no Centro.

Os metais preciosos, os alimentos e as especiarias motivaram a expansão européia, ultramarina do século XV. A descoberta de um novo continente, em 1492, colocou o sistema comercial europeu em uma privilegiada posição em termos econômicos, pois a ampliação do universo econômico do

⁴ De acordo com autores como Ciro Flamarion Cardoso e Hector Pérez Brignoli, na obra "*Os Métodos da História*", para se estudar os métodos e técnicas da história econômica, é necessário que se utilizem conceitos que os autores chamam de fundamentais, como: a teoria econômica e seu relacionamento com o funcionamento da sociedade capitalista e, portanto, conceitos básicos que provêm da economia, mas que fazem parte do vocabulário dos historiadores (conjuntura, aumento e baixa produção, flutuações, intercâmbio, oscilações cíclicas, conjuntura social, conjuntura política, industrialização, crise de subsistência, estagnação e outros). Autores como Ernest Labrousse, F. Braudel, Pierre Vilar, E. Hobsbawm trabalham essas expressões em suas obras. Pierre Vilar acreditava que a análise histórica tinha como missão reagrupar os diferentes fatores do crescimento, entendidos como crescimento biológico, econômico, político, científico e espiritual para se entender o crescimento de determinado grupo social. Para Braudel (1992, p.44), "Todo trabalho histórico decompõe o tempo decorrido, escolhe entre suas realidades cronológicas, segundo preferências e opções exclusivas mais ou menos conscientes. (...)".

"A nova história econômica e social põe no primeiro plano de sua pesquisa a oscilação cíclica e assenta sobre sua duração: prendeu-se à miragem, também à realidade das subidas e descidas cíclicas dos preços. Hoje, há assim, ao lado do relato (ou do recitativo tradicional), um recitativo de conjuntura que põe em questão o passado por largas fatias: dez, vinte ou cinquenta anos".

sistema comercial levou a uma divisão social do trabalho e a formas de extração de excedente.

Essa nova articulação econômica mundial do século XV fez com que as áreas descobertas se especializassem produtivamente, não só para seus mercados internos, mas, na maioria, exclusivamente para abastecer a Europa Ocidental com determinadas mercadorias. Dessa forma, a análise da economia americana, durante os séculos XVI, XVII e na maior parte do XVIII, deve considerar o sistema comercial. A produção e circulação da produção da América passam a assegurar a prosperidade dos Estados europeus, em termos do controle das rotas marítimas no Atlântico, atrelando as decisões políticas a razões de ordem econômica.

A crescente vinculação da política com a economia acelerou o processo de intervenção estatal na vida econômica, viabilizando uma forma de Estado absolutista, com diferentes Estados da Europa Ocidental procurando conquistar posições hegemônicas e tomando para si extensões de áreas não-européias através da comercialização monopolista.

O sistema comercial necessitava de apoios extra-econômicos, que lhe eram fornecidos pelo Estado, através de uma prática mercantilista pelo estabelecimento de sistemas coloniais nas áreas periféricas.

Na América - o Novo Mundo -, o sistema econômico montou toda uma estrutura de produção baseada no *trabalho compulsório* e operou comercialmente em um *regime de monopólio* que estabelecia às colônias vender sua produção somente para sua respectiva metrópole (oligopsônio) e dela comprar com exclusividade os produtos de que necessitavam (oligopólio),

através dos mercados e/ou companhias de comércio expressamente autorizados pelos Estados metropolitanos.

O regime de monopólio, de caráter impositivo aos produtores coloniais, foi estritamente regulado e aplicado. Portugal, Inglaterra, Holanda e França exerciam o monopólio através de companhias de comércio privilegiadas, mostrando, nesse período, suas relações com a acumulação de capitais.

A associação entre a política mercantilista e o desenvolvimento do Estado absolutista, expressa pela aliança rei-burguesia, coloca o rei acima das diferentes camadas sociais, transformando-o na encarnação do Estado. Necessitando de crescentes recursos, tanto para impor-se aos outros Estados em formação como para separar-se da sociedade civil, ele incentiva o comércio- o setor econômico mais dinâmico do período-, para poder tributá-lo. Mas assim agindo, promove o fortalecimento dos setores burgueses, fazendo com que a burguesia tenha peso no aparelho estatal. Exemplo dessa relação foi a Inglaterra que promulgou, em 1651, reafirmando-os seguidamente até 1660, os Atos de Navegação, os quais quaisquer mercadorias só poderiam ser transportadas para a Inglaterra por navios ingleses.

Com o mercantilismo, que privilegia a balança de comércio favorável, o Estado acaba incentivando a produção manufatureira, em sua maioria na mão de particulares sob o sistema doméstico.

Outro exemplo de que o Estado é agente no processo de acumulação de capital vê-se quando o Estado inglês, seguindo o pionerismo holandês, com o objetivo de resolver um dos problemas mais graves, mas que dificulta o desenvolvimento do sistema comercial, cria, em 1696, através do Banco da

Inglaterra, semelhante ao que o Banco de Estocolmo fazia, desde 1661, a ampliação da circulação monetária, através da criação da moeda fiduciária, garantida pelo Estado. Futuramente, Londres se transforma no centro financeiro do mundo.

Outro aspecto marcante da intervenção do Estado Inglês na economia mostra-se nas mudanças efetuadas nas Leis dos Pobres, quando, em 1795, aboliu-se a obrigação de as paróquias albergarem os indigentes, o que possibilitou a constituição de um exército de reserva de mão-de-obra, livremente deslocável, vivendo em condições de permanente desemprego e recebendo baixos salários, de acordo com as necessidades da indústria local.

O liberalismo econômico adotado pela Inglaterra refletiu-se também no papel que seu Banco desempenhava nos momentos de depressão da economia. A partir de 1845, o Banco da Inglaterra praticava uma política de juros baixos e de pequena taxa de descontos para os títulos comerciais, permitindo que seu setor produtivo industrial não fosse penalizado pela conjuntura desfavorável. Quanto aos investimentos e empréstimos ingleses efetuados no exterior, o Estado os apóia financeiramente, ou através de atitudes políticas, principalmente após 1870, em uma conjuntura de capitalismo imperialista.

Os investimentos de capital foram direcionados para as matérias-primas e para os produtos primários, desejados pelos países industrializados, implicando uma maior especialização produtiva. As importações de capital que se dirigiam prioritariamente para baratear e racionalizar o escoamento de seus

produtos primários, ferrovias, portos, eletricidade agravavam sua situação de dependência.

Geograficamente esses investimentos concentram-se na América Latina: independente politicamente desde a década de 1820, passou a ter seu comércio externo “monopolizado” pela Inglaterra, que lançou as bases do imperialismo informal. A partir de 1860/70, houve a entrada de novos atores: franceses, alemães e norte-americanos.

Ciente da necessidade de capitais, para promover uma industrialização nos moldes requeridos pela Segunda Revolução Industrial (metade do século XIX em diante), o Estado, para viabilizá-la, atua como produtor e grande consumidor (forças armadas, administração, serviços públicos), pois, com uma política externa militarista/expansionista, além de assegurar a conquista de áreas coloniais, torna o Estado, internamente, um dos maiores consumidores de produtos industrializados, pela necessidade de manutenção dos exércitos e marinha de guerra.

Essa forma de ligação que as áreas periféricas mantêm com as áreas centrais tipifica uma relação de tipo capitalista, mantendo ou perpetuando uma relação de trocas desiguais⁵.

Na América Latina, esse processo foi estudado por Prebisch no manifesto de 1945, e, a partir deste manifesto, a CEPAL passou a expor as relações desiguais da Região para com os países Centrais.

⁵ O processo de domínio das áreas Centrais sobre a Região aparentemente se modifica quando da passagem do predomínio da produção agrária para a industrial, na primeira metade do século XX, mantendo-se indiretamente.

2.1 O Estado no Pensamento Estruturalista

A partir da década de 1950, após a II Guerra Mundial, há um novo ciclo de desenvolvimento da Região, ciclo este industrialista, na qual o Estado atua, assim como no Centro, na forma de agente motor.

- De 1950 a 1960 – houve uma fase de substituição de importações com um subsequente processo de industrialização, o qual levou a uma exposição dos entraves estruturais e da heterogeneidade da Região que, por sua vez, levou ao desemprego e ao processo de inflação.

- O Estado era considerado agente central da ação planejadora e sua função estava centrada na condução deliberada da industrialização.

- Em 1970 houve uma conscientização da dependência externa e da baixa capacidade de viabilizar o desenvolvimento pelo mercado externo.

Os anos de 1970 marcam o início das dificuldades financeiras dos países da América Latina, quanto à tomada de recursos externos para financiar sua industrialização e quanto ao aumento do endividamento externo (quer para a industrialização, quer para pagar os recursos atrasados aos credores internacionais).

- O Estado acrescentou a variável (desigualdade social), admitindo que o estilo de crescimento deveria considerar uma maior homogeneidade social.

- Em 1980 explodiu o endividamento externo, e a Região viu-se imobilizada frente aos credores internacionais e aos problemas inflacionários internos decorrentes da ação estatal das décadas anteriores e de variáveis do lado da oferta e da demanda.

- Em 1990 surgiu uma nova proposta para a retomada do desenvolvimento da Região: Transformação Produtiva com Equidade, cujo eixo

central permanece sendo a industrialização da Região, mas que admite a impossibilidade de coordenar o desenvolvimento sem a inserção da sociedade através da criação de emprego produtivo e de melhorias sociais.

O papel do Estado era de executar funções capazes de, no curto prazo, restabelecer o fortalecimento da política fiscal, e de no longo prazo ser agente capaz de acumular capital e legitimar a manutenção da harmonia social.

Entretanto, o papel do Estado, nos anos de 1990, apresentou uma peculiaridade histórica que o difere do papel das décadas anteriores.

A crise dos anos de 1980 trouxe ao pensamento, à discussão e à execução a necessidade ou imposição de reformas que, desde o período anterior à II Guerra Mundial, não eram explorados com essa intensidade: o liberalismo econômico e, com ele, o credo dos países centrais e nossos principais credores internacionais.

O processo de substituição de importações ou de industrialização foi fortemente alavancado pelo Estado, das mais diferentes formas: como financiador, como avalista, como produtor e como gerenciador etc.

Este processo não seria incomum se os recursos fossem endógenos, ou se o Estado não tivesse recorrido ao endividamento externo. Mas a Região foi tomadora, em grande escala, de recursos externos, empregados nas mais diferentes atividades, desde a construção de obras produtivas até os desvios de recursos públicos, bem como as obras inacabadas.

Diante das crises do petróleo dos anos de 1970, a Região apresentou o primeiro tropeço do seu processo industrializante que se agravaria sucessivamente nos anos de 1980, com as moratórias de alguns países da Região e com o cessar de recursos do exterior.

Desse processo surgiu o que a teoria denomina “a crise fiscal” do Estado, cujas características eram seu sobredimensionamento na economia, hajam vista as características acima descritas, e sua incapacidade de gerenciá-las com os recursos disponíveis.

A crise fiscal, o endividamento interno e externo e a sua não inserção nos mercados mundiais (devido à baixa qualidade e tecnologia de seus produtos) levaram a uma nova proposta da CEPAL, objetivando a retomada do crescimento. Mas a realidade dos anos de 1990 difere da precedente, entre outras, pelo forte apelo liberal e pela necessidade de mudanças estruturais. Dessa conjunção de acontecimentos e variáveis surgiu a necessidade de criar-se um “novo” Estado, o qual não poderá ser “grande” como o do passado e não deveria ser perdulário, logo houve a adoção de algumas matizes liberais.

Nesse sentido, a segunda hipótese do trabalho gravita sobre o fato de que mesmo a CEPAL não sendo liberal (ortodoxa) ela passou a admitir determinados pressupostos em seu pensamento, sobre as atitudes ou funções que o Estado viesse a tomar, a partir da década de 1990, considerando a influência: - do Consenso de Washington, do Banco Mundial, da Crise externa da Região e, ainda, a necessidade de retomada do crescimento endógeno.

Logo, não se pode pensar no longo prazo sem antes saber-se como ou quais problemas enfrentar-se-ão no decorrer do processo, no curto prazo.

O período 1950/60, no pensamento Cepalino, mais precisamente o apelo à industrialização, como modo de reduzir as desigualdades entre a Periferia e o Centro, ou mesmo o de promover a inserção da América Latina naquela ordem ou divisão do trabalho, carrega consigo uma conduta deliberada

do Estado como agente motor e promotor do processo e, conseqüentemente, do desenvolvimento da Região.

Desde a Antigüidade, as crescentes responsabilidades assumidas pelas autoridades públicas, diretas ou indiretas, como a legislação social, o controle das finanças, as obras públicas, a estabilidade macroeconômica, entre outras, ou não eram/são funções da iniciativa privada, ou são conjuntas, mas sobretudo porque são, essencialmente, funções típicas do Estado. Embora tenhamos passado por períodos em que, teoricamente, se advogasse o “*laissez-faire*”, este não foi ou é a política real (econômica/social) adotada pelos mesmos países, principalmente os ingleses, franceses, holandeses, norte-americanos, entre outros.

O Estado foi criado, na Europa, como forma de aglutinar ou harmonizar em um conjunto restrito de valores o Rei, os interesses econômicos e sobretudo os comerciais que estavam se fortalecendo no século XVI em diante (Absolutismo).

O Estado, através de um conjunto de Atos, fortaleceu a classe burguesa, pois ele próprio apresentava características burguesas.

Os valores defendidos eram típicos da sociedade, hoje denominada “capitalista”. Assim, para entender as funções do Estado, é necessário entender-se o processo de desenvolvimento “no tempo” do capitalismo e de suas forças propulsoras.

Nossa primeira hipótese se materializa a partir da aceitação de que o crescimento e diversificação das funções do Estado não ocorreram, unicamente, na América Latina, mas também nos países desenvolvidos sob as

mais diversas formas. Primeiramente, através de ações políticas, determinando as relações comerciais entre a Metrópole e as Colônias. Logo mais, torna-se burguês e passa, diretamente, a resguardar as ações econômicas na forma de atos comerciais, outorgando monopólios a grupos distintos. Posteriormente, como legislador das finanças, na forma da cobrança oficial de tributos, com o passar dos anos e décadas (a partir do século XVIII) no controle da economia monetária e fiscal. Finalmente, chega a ser grande produtor e consumidor de bens e serviços, ou como agente promotor do bem-estar social “*Welfare State*” Europeu e toda a legislação que protegeu os trabalhadores do pós II Guerra Mundial), ou na forma econômica, como responsável pela produção, financiamento, planejamento dos diferentes bens e serviços públicos, infraestrutura ou bens de capital à sociedade.

Na América Latina, os países estiveram, até metade do século XIX, diretamente atrelados aos Estados europeus, basicamente como colônias de exploração. Após a independência política, vieram as dificuldades econômicas, pois as antigas colônias dedicaram-se, basicamente, à produção agrícola devido às normas anteriores impostas pelas Metrôpoles.

No início do século XX, problemas surgem nos países centrais, ex-Metrôpoles, decorrentes de abalos financeiros e da I Guerra Mundial. Gradativamente, as Colônias (periferias) passam por processos de mutação: os Estados, antes ligados à oligarquia rural (Brasil – café, Argentina – pecuária/ trigo, Chile – salitre/ cobre no México cobre/ chumbo/ zinco/ café/ borracha e algodão), são levados a considerar nas suas decisões setores outros que não

só a oligarquia rural, mas, muito pelo contrário, inicia-se um profundo processo de sucessão e de reformas estruturais que se pode afirmar não foi homogêneo.

Esse confronto entre antigo X “moderno” à época, levou a que os diferentes países da Região não conseguissem sobrepor suas dificuldades, sobretudo:

- por falta de recursos monetários e infra-estrutura insuficiente;
- pela desigualdade tecnológica (dualidade) associada à indisponibilidade da própria tecnologia;
- pelas altas taxas de natalidade;
- pela produção de baixo valor agregado;
- pelo baixo nível educacional e inexistência de mão-de-obra qualificada;
- pela dependência externa de recursos, bens e serviços;
- pela baixa capacidade de negociação, entre outros.

Quanto mais próximos da II Guerra Mundial e, sobretudo, após esta, é notória a presença do Estado nos atos políticos, econômicos e sociais, como agente legitimador e co-autor, ou mesmo ator principal do processo de acumulação de capital.

Nas economias de capitalismo tardio, basicamente em todos os países da América Latina, a iniciativa privada ainda é débil, na década de 1950/60, além do que predomina a presença do capital externo, diante do qual o capital interno apresenta desvantagens competitivas. Este é o principal argumento, complementar ao argumento da necessidade da industrialização, para diminuir as desigualdades entre os países de capitalismo avançado e a Região, que justifica a necessidade de um agente motor, ou seja, o Estado.

Na América Latina a cena é diversa do Centro, seja ela em conteúdo, seja em forma. Após a II Guerra Mundial, verificou-se um aumento dos gastos nas mais diferentes rubricas, assim como a participação do Estado, como agente do desenvolvimento, sendo denominado, posteriormente, na literatura, como “Estado desenvolvimentista”. Sua atuação deveria ser mais ampla que as funções, na época, do pós II Guerra Mundial, nos países centrais.

Uma reflexão mais acurada mostraria que o Estado Europeu e Norte-americano já haviam atuado, de forma próxima, ao Estado latino-americano em décadas ou séculos anteriores. Poder-se-ia dizer que as etapas ou estágios diferem em séculos: o Estado latino passava a agir, a partir da década de 1950, com a sua chamada ao processo deliberado de crescimento e industrialização, como fizera o Estado europeu, principalmente o inglês e o francês, dois séculos antes.

Se no período há uma diferença de, aproximadamente, dois séculos em conteúdo, a América Latina, em 1950, diferenciava-se em muito das necessidades do Centro: não éramos industrializados, não tínhamos infraestrutura, não dispúnhamos de uma classe burguesa suficientemente articulada e capaz de planejar nosso processo de crescimento em torno de um projeto nacional. Além disso, a classe operária não estava organizada e suficientemente politizada para administrar as relações capital/trabalho.

Essas necessidades que levam ao crescimento do Estado, na América Latina, podem ser traduzidas através de suas despesas ou receitas associado ao uso de recursos (despesas) superiores às disponibilidades (receitas). Como conseqüência do seu agigantamento, trouxe consigo, gradativamente, uma

situação de crise, denominada na literatura de **crise fiscal**, ou seja, por não possuir, internamente, poupança suficiente para custear suas despesas, já que havia facilidade de captar recursos internos (emissão, colocação de títulos ou crédito) ou externos (empréstimos ou financiamentos), e também por obedecer a uma série de exigências que muitas vezes impedem o capital privado nacional de o fazer-lo, tais fatos levaram o Estado a buscar essas fontes de recursos para seu uso e/ou das empresas privadas.

Dos anos de 1960 em diante, há uma abundância de recursos disponíveis no mercado internacional, decorrentes da colocação de títulos do Tesouro norte-americano para custear despesas internas com os conflitos armados dos anos de 1960/70, dos investimentos externos de suas matrizes na Europa pós II Guerra Mundial, assim como dos “petrodólares” (saldos cambiais provenientes das elevadas receitas de exportação de petróleo dos países árabes após o aumento do seu preço em 1973 e 79). Essa conjuntura viabiliza que os países em desenvolvimento tornem possíveis, monetariamente, mesmo que inviáveis estruturalmente, seus projetos de industrialização, de infra-estrutura ou de financiamento interno de atividades, como subsídios à agricultura. No entanto, com a deflagração da Moratória Mexicana, a fonte de recursos seca, no início dos anos de 1980, mais precisamente em 1982, servindo de efeito dominó sobre o resto da América Latina e deixando, por terra, as esperanças que restavam dos projetos que começavam a se inviabilizar, mas que alguns países ainda acreditavam ou tinham esperanças de superá-las, como o caso do Brasil com Angra I e II, no governo Ernesto Geisel.

A dívida externa e interna, somada à incapacidade de manter a constante atualização tecnológica do processo de industrialização, com vistas à inserção externa, mas, como conseqüência, apresentando problemas na balança comercial e de capitais, e ainda a despreocupação com o setor externo, a inflação e a ciranda ou espiral financeira do Estado levam a uma crescente incapacidade do Estado de sustentar seus déficits e daí a “crise fiscal”, definida como, por exemplo:

a) gastos para aumentar a produtividade da mão-de-obra: por exemplo, a formação de distritos ou parques industriais e treinamento ou formação de mão-de-obra;

b) gastos para reduzir o custo de reprodução da força de trabalho: por exemplo, a seguridade social.

O processo de crise se tornou um círculo vicioso, tanto na Europa quanto, especialmente, na América Latina. Na Europa, o aumento dos gastos elevou o déficit que passa a ser financiado pela poupança interna e externa. No entanto, como na América Latina a poupança interna é insuficiente, os recursos passam a provir da Europa/EUA, na forma de empréstimos e financiamentos. A partir do final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980, ao mesmo tempo em que se homologam as premissas questionam-se o destino e a fonte dos recursos.

É razoável que se diga e que se aceite que o “processo” da crise fiscal é uma decorrência, na Região, não das funções do Estado, pois na Europa Ocidental e Estados Unidos essas economias conseguiram, com recursos próprios, carrear o processo, mas sim porque a América Latina não dispunha

de recursos suficientes para cobrir tais despesas e nem de recursos complementares do capital privado em muitas atividades afins.

Deve o Estado capitalista satisfazer a acumulação via manutenção ou criação de possibilidades ou condições que elevem a acumulação rentável do capital, assim como cumprir a função de legitimação via harmonização social. Isso é fato inequívoco, tanto para o pensamento liberal quanto para o estrutural, bem como para o marxista, pois a teoria da “crise fiscal” é de caráter marxista. O que é questionado é a inexistência de recursos e os modos de obtenção destes para atender aos gastos do tipo:

- Capital social baseado na inversão social e consumo social
- Gastos sociais de legitimação, ou seja, assistência social

Passou a ser imprescindível para os países credores que a crise da América Latina deveria ser amenizada, pois o efeito da quebra do México, Brasil e Argentina seria desastroso para o setor financeiro internacional, havendo necessidade, pois, de adotarem adequadas medidas. O alvo dessas, sobretudo com respeito ao endividamento e à inflação, esquecendo o restante do complexo, foram, basicamente, do lado da demanda, com o objetivo de reduzi-la (diminuição da inflação) e, conseqüentemente, aumentar os recursos disponíveis para pagar o principal e os serviços da dívida. Essas recomendações partiram, primordialmente, dos organismos multilaterais, como o FMI, BIRD e BID, trazendo algumas conseqüências como: aumento da brecha entre pobres e ricos através da diminuição da renda *per capita*, redução do PIB nos níveis dos anos de 1970, aumento da tributação e uma crescente

argumentação a favor da redução da presença do Estado, pois este é tido como ineficiente e corrupto.

Houve, a partir dos anos de 1980, principalmente com o governo Reagan nos EUA e Thatcher na Inglaterra, um retorno ao monetarismo, ou, mais precisamente, ao conservadorismo ideológico para os quais as causas dos desequilíbrios são de demanda: redução da demanda, da inflação ou ainda das importações e dos preços, e outras recomendações de ajuste fiscal. Essas recomendações rotuladas, posteriormente, de “neoliberalismo” são um cunho forte nas negociações que se sucedem a partir da moratória Mexicana e que, na década de 1980, fizeram parte constante das negociações sucessivas entre credores e devedores.

Na década de 1980/90, uma grande quantidade de recursos foram drenados ao exterior como forma de pagamento da dívida externa.

Internamente à Região, tanto liberais como estruturalistas passam a dar atenção às falhas do processo anterior à industrialização, à crescente exclusão que este causou e à necessidade de ajuste estrutural, sobretudo das estruturas produtivas e das do Estado.

Considerando que o Estado foi elevado a uma condição superior às suas capacidades, além de que o conjunto de necessidades e deveres foram ampliados em demasia, frente aos escassos recursos, não é possível que não sejam questionados os âmbitos em que o Estado deveria intervir.

Impossível seria em duas ou três décadas resolver os problemas elencados, e considerando-se que a Europa o havia feito em quatro séculos, e na América, só os EUA havia logrado tal êxito, e o Japão após os anos de

1960. Por que e como a América Latina deveria fazê-lo em 40 anos o que não conseguira fazê-lo em um século (após sua independência)? Como mudar a mentalidade da burguesia e, em decorrência, do poder político, se até as primeiras décadas do século XX éramos agrários exportadores, e a indústria era incipiente e dispunha de um baixo grau tecnológico?

Se hoje nos questionamos assim, para a CEPAL o ideal de indústria deveria ser o da complementariedade e não da execução deliberada, como é mostrado abaixo.

- A intervenção deveria estimular a atividade privada e não substituí-la, embora em casos inevitáveis isso fosse aceito pela CEPAL.

- O planejamento e o Estado planejador eram necessários para o desenvolvimento, mas a execução direta deveria ser conjunta: de preferência o setor privado em conjunto com a sociedade se beneficiariam.

- Com o decorrer do processo de industrialização, problemas ocorreram, como o aumento da desigualdade de renda, concentração, necessidade de aumentar a acumulação de capital, etc. Aqui o Estado deveria se ocupar da solução ou da diminuição das desigualdades. Este não tinha condições de o fazê-lo.

- O Estado cepalino não consegue a contento ser suficientemente organizador (harmonizar interesses opostos) e tampouco consegue manter o pleno emprego keynesiano.

No entanto, a prática não corresponde à teoria.

Mesmo que atuasse como organizador e keynesiano, em uma ou nas duas áreas, as políticas fiscais e monetárias não conseguiam satisfazer a gregos e troianos, pois parte da sociedade não participava do processo.

Logo:

- problemas do crescimento, como a substituição da produção de mercadorias com baixo valor agregado e voltada para atender ao centro, ainda eram relevantes na pauta de alguns países;

- a integração dos diferentes setores (agrícola e industrial) se faziam necessários além de, na função legitimadora, incluir os excluídos. Para a CEPAL, era como transformar o Estado periférico em posição de Estado Central.

Ele seria além do somatório do Estado do Bem-Estar e do Estado keynesiano (estabilizador), pois:

- promoveria a transformação do padrão de crescimento;
- integraria os diferentes setores e interesses;
- absorveria produtivamente a população que se encontrava em modos de produção pré-capitalista.

Nesse ínterim, a CEPAL passa, gradativamente, a perceber que o Estado não tem capacidade de fazê-lo, incapacidade essa que derivava da:

- falta de recursos financeiros;
- falta de conhecimento do todo (problemas de informação);
- falta de capacidade administrativa;
- falta de unidade ou coerência internas, quanto ao modo como superar as visões setoriais, parciais, etc.;
- análise sociológica, que nasce nos anos de 1970 e que mostra a incapacidade do Estado latino de fazê-lo, pois o padrão e estilo econômico e político, que predominou até então, mantinha a estrutura de dominação anterior.

Mas seriam os problemas relacionados às dificuldades do planejamento que impediam o Estado de não alcançar o equilíbrio e de dar continuidade ao desenvolvimento industrial.

Essa reflexão, que veio à tona sobretudo pós 1982 com a Crise Mexicana, traduz uma reorientação, em parte, e manutenção em outras, de certas políticas ou ações do estruturalismo. Nasce, gradativamente, o neo-estruturalismo.

3. A Reorientação do Estruturalismo e o surgimento do Neoestruturalismo

A nossa segunda hipótese é comprovada, a partir do momento em que admitimos que houve uma reorientação do modo de se admitir as funções do Estado, no geral, e sobretudo pela CEPAL, considerando a influência da crise dos anos de 1980, da necessidade de mudança da trajetória de desenvolvimento e das políticas econômicas e sociais adotadas pelos países centrais. Estes passam a questionar o Estado do Bem-Estar Social e as repercussões ocorridas no seio da sociedade. Assim como houve um aumento do emprego, da renda e da produtividade, houve também um descompasso entre receitas e despesas do Estado, as quais deveriam ser amenizadas. Essas críticas internas ao Centro, em aumentar ou diminuir a intensidade, chega à periferia junto com a crise dos anos de 1980, trazendo à tona autocríticas, tanto de direita quanto de esquerda.

Logo, o neo-estruturalismo traduz essas questões “novas”, ou “velhas”, ou “convergentes”:

- busca de equilíbrios macroeconômicos, coordenando o curto e longo prazos (novo);

- pactuação entre os setores público e o privado (antigo mas com aumento na ênfase);
- melhoria em eficiência e eficácia das estruturas produtivas e de gestão, sobretudo no setor público, dos diferentes mercados (novo);
- estratégias e políticas que possibilitem uma maior autonomia nacional (antigo);
- maior cuidado com as desigualdades sociais e a heterogeneidade estrutural, agora (final dos anos de 1980 e 1990), ligada à necessidade de políticas que se atenham à educação, emprego, tecnologia (sendo o último a questão central a ser perseguida pela política industrial), (diferente na forma e conteúdo/ mescla);
- manutenção do Estado forte, mas capaz de atender às novas funções exigidas (entre elas a regulação dos mercados), (diferente na forma e conteúdo/ mescla);
- elementos importantes do neoschumpeterianismo quanto ao papel do empresário no desenvolvimento (novo).

A isso chamamos de neo-estruturalismo. Nosso objeto será apenas o Estado e, no que se refere à manutenção dos equilíbrios macroeconômicos, as sucessivas rodadas de negociações que se processaram entre os países devedores e os organismos multilaterais credores passaram a salientar essa “imposição”, entre outras. Naquele período, as políticas sugeridas não tiveram sua validade questionada, mas no final dos anos de 1990 os órgãos credores passaram a perceber partes inviáveis (ex: os discursos de economistas do BID, BIRD, FMI).

A retórica do saber administrar a própria casa seria fundamental para que o capital internacional retornasse, sem falar da redução da inflação e do conceito de credibilidade que a Região passou a desfrutar.

As expressões “arrumar a própria casa”, “desregulamentar”, “liberalizar”, que soam como dogmas do pensamento liberal, são fatos que, em maior ou menor grau, foram adotados na maioria dos países da América Latina, dependendo do estágio de desenvolvimento em que o país se encontrava. Chile, México, Argentina e Brasil são exemplos. Diga-se de passagem que a primeira expressão passou a ser perseguida com maior persistência visto que, em caso de insucesso, todo o conjunto de variáveis sociais e econômicas estariam descobertas.

4. A influência do Liberalismo Econômico na Economia Latina e na CEPAL.

As características marcantes do pensamento liberal dos anos de 1990 podem e devem ser divididas em duas análises:

- o Consenso de Washington cujas principais características estão expressas no Quadro 1;
- relatório sobre o desenvolvimento do Banco Mundial, Quadro 2.

QUADRO 3 - RECOMENDAÇÕES DE WASHINGTON “CONSENSO” (1990)

Disciplina Fiscal: Grandes e contínuos déficits fiscais são uma fonte primária de distúrbios macroeconômicos nas formas de inflação, déficit na balança de pagamentos e fuga de capital.

Prioridade nas Despesas Públicas

Em caso de déficit fiscal - aumentar Receitas.

- diminuir Despesas.

Despesas - Subsídios indiscriminados devem ser reduzidos ou eliminados.

- Educação e saúde são essenciais e objetos de despesa de governo.
- Infra-estrutura. Caso o setor público seja grande, Washington admite a privatização dessa rubrica, mas acredita ser uma despesa produtiva.

Reforma de impostos - Aumentar a base assim como as taxas marginais deveriam crescer moderadamente.

Taxa de juros - determinadas pelo mercado;

- - positivas para desencorajar a fuga de capital e aumentar a poupança.

Taxas de Câmbio - Podem ser determinadas pelo mercado, mas a visão dominante determina encontrar uma taxa de câmbio competitiva, para promover as exportações e financiar a conta corrente do Balanço de Pagamentos.

Política de Comércio - Prega a liberação das importações, mas admite a proteção temporária às indústrias infantis e a liberalização gradual (num período de tempo pré-determinado).

Investimento Estrangeiro Direto - A liberalização dos fluxos financeiros estrangeiros não é considerada prioridade, mas limitar a entrada de investimentos indiretos é uma tolice.

Privatizações – são favoráveis à privatização sempre que:

- Troca da dívida / Patrimônio, não aumentar a emissão de moeda.
- Diminuir despesas orçamentárias no curto prazo.
- Diminuir despesas com investimento no longo prazo
- Aumentar a competição no mercado.

Desregulamentação: Acreditam ser uma forma de promover a competição.

Direitos de Propriedade : Não são objetos de excessiva preocupação para Washington, pois lá existe a percepção de que, em geral, os direitos são desrespeitados na América Latina.

QUADRO 2 - BANCO MUNDIAL : O PAPEL E A JUSTIFICATIVA DO ESTADO (1997)

Estratégia para aumentar a eficiência do Estado:

→ **Reduzir as diferenças entre as exigências feitas ao Estado e sua capacidade de atendê-las.**

→ **Estabelecer uma base jurídica e de direitos de propriedade,**

- Manutenção de um clima político propício;
- Investimentos em recursos humanos e em infra-estrutura;
- Proteção de grupos vulneráveis;
- Proteger o meio ambiente.

- Estabilidade macroeconômica; preços sem distorção;
- Liberalização do comércio, investimentos, mercados de capitais.

a)

▪ Fazer face à insegurança da família (seguro, saúde e desemprego, pensões, aposentadorias, etc.).

▪ Regulamentação Efetiva

- Setor financeiro
- Serviços públicos
- Meio ambiente

→ **Redefinir as responsabilidades do Estado**

O Estado não necessita ser o único provedor, mas permanece com as seguintes atribuições:

▪ Política Industrial

- Coordenação de investimentos
- Fortalecimento das redes nacionais, regionais e internacionais.
- Seleção de vencedores

- Apoio às exportações
- Fortalecimento da infra-estrutura física, humana e local
- Parcerias entre os setores público e privado

▪ Gestão da privatização

- Aumentar a competitividade
- Permitir a criação de empregos e riqueza

▪ Mecanismos limitadores formais, como a divisão de poderes e a redução de oportunidades de corrupção;

▪ Sujeitar o Estado a uma maior concorrência;

b)

→ **Revigorar as Instituições Estatais**

▪ Maior aproximação entre o Estado e o público

- Melhorar os canais de informação.
- Aumentar a participação popular.
- Descentralizar o poder

▪ Facilitar a ação coletiva (cooperação) internacional.

- Controlar as crises regionais
- Promover a estabilidade econ. Global.
- Proteger o meio ambiente.
- Promover a pesquisa básica e a produção de conhecimentos
- Aumentar a eficiência da assistência internacional ao desenvolvimento.

As recomendações de Washington, no final da década de 1980, são precisamente recomendações econômicas com o objetivo de “arrumar a casa” e dar passagem ao capital externo à Região que havia se fechado a ele, pois, com o passar do tempo, a Região se tornara protecionista (voltada para o próprio mercado), ou porque, em função de sua instabilidade econômica, afugentara os investimentos externos e porque o tamanho do Estado deveria ser reduzido. Deve-se considerar que o “Consenso”, em si, em nenhum momento sugere ou apresenta a expressão “Estado mínimo”, mas acredita que a saída para a crise é a disciplina fiscal, a prioridade de despesas e funções (o que vai ao encontro da teoria da “crise fiscal” quando salienta a importância dos gastos com o objetivo de aumentar a rentabilidade do capital).

As outras funções objetivam aumentar diretamente o livre movimento do mercado, sendo classificadas nas demais reformas sugeridas pela obra, como: liberdade das taxas de juros, câmbios, comércio, investimentos estrangeiros, privatizações, etc.

Para a autora, a finalidade do “Consenso” não foi reduzir ao mínimo o Estado, mas induzi-lo, na execução das reformas, a tornar atraente o mercado interno ao exterior, cujo processo define a internacionalização do capital, principalmente do norte-americano, semelhante ao ocorrido na II Revolução Industrial com a Inglaterra nos anos de 1850 em diante. A partir de 1940/50 houve a entrada do capital externo, norte americano e alemão (ex. as montadoras, aço, etc.), mas que se reduziu nos anos de 60/70, devido o aumento do Estado através de seus projetos megalomaniacos, em alguns setores, os quais apresentavam retorno no longo prazo e cujo capital externo e

interno ou não se interessavam ou não dispunham de recursos ou o risco era grande e o retorno baixo (ex. saúde, telecomunicações, estradas, educação). No entanto na década 1990, estas atividades passaram a ser rentáveis, já no curto prazo, pois tanto os investimentos iniciais (infra-estrutura) quanto mercado (mão-de-obra qualificada e poder aquisitivo) estavam à disposição dos capitais externos.

Já o Relatório do Banco Mundial, publicado após o Consenso e, sobretudo, após a adoção de muitas das recomendações e de fracassos, alguns maiores outros menores, se debruça com maior acuidade sobre a problemática do Estado e do desenvolvimento econômico. Nesse sentido, este é menos economicista que o primeiro e abarca uma maior gama de variáveis que o consenso.

Acredita-se que era muito mais importante a sua análise e contribuição sobre os problemas e funções do Estado do que o “Consenso”, pois ambas as publicações tiveram funções diferentes ou até, em alguns aspectos, complementares.

O Relatório era enfático na necessidade de reduzir algumas exigências feitas ao Estado já que este não tem mais, sozinho, a função de resguardá-las.

a) É superior ao consenso, quando redefine as funções do mesmo:

- são clássicas: a segurança e a política industrial;
- são funções do momento histórico a necessidade de regulamentação e a privatização.

b) Complementa a necessidade de estabilidade do processo de liberalização, quesitos centrais do neoliberalismo. Acredita, conjuntamente, na necessidade da seleção de despesas, como investimentos em infra-estrutura

humana e de capital (saúde, educação), na necessidade de atrair os capitais externos, na necessidade de manter o clima político propício, no problema da corrupção, embora o consenso, nesse sentido, seja mais complacente (pouco saliente). E, embora o consenso não discuta tanto a necessidade de regular e preservar o meio ambiente, pois acredita que não seja matéria que apresentava visão definitiva, acreditava na sua importância.

O revigorar das instituições estatais também não foram parte questionada pelo “Consenso”, mas sim com ênfase pelo Relatório. O revigorar das instituições são ou foram questionáveis quando da Crise Fiscal nos anos de 1980 e de seu processo de desenvolvimento. Na América Latina, há exemplos quanto à fraqueza das mesmas, devido tanto à falta de recursos quanto à capacidade administrativa, à pressão de grupos de interesses e à corrupção, entre outros.

Em concomitância ao pensamento liberal, a CEPAL e o pensamento neoestruturalista têm ciência de que a grande brecha que separava a Região dos países industrializados, brecha esta que se manifestava de forma crescente, sobretudo no comércio internacional, requer um Estado que não poderia ser ou ter as mesmas atribuições propostas por Prebisch e pelo estruturalismo dos anos 1950/60, pois as circunstâncias regionais e internacionais denotavam um outro período histórico, logo novas variáveis estavam presentes nos problemas da Região, sendo estes:

- Crise Fiscal, abrangendo um endividamento interno e externo.
- Necessidade de renegociar novas condições e de ter acesso, novamente, aos mercados internacionais de capitais, bens e serviços e tecnologia.

- O atraso social decorrente de décadas de concentração de renda (falta de educação e saúde) e sobretudo a grande brecha na equidade (aumento dos níveis de pobreza e exclusão social dos anos de 1980).
- A necessidade de encontrar as bases suficientes e necessárias para um crescimento auto-sustentável da Região.
- A globalização e, portanto, a exigência da Região de se tornar competitiva frente aos demais atores internacionais.
- Fatores externos igualmente relevantes ao crescimento da Região e sobretudo das transações comerciais, como o protecionismo e as dualidades tecnológicas dos países desenvolvidos, mostra-nos que não há troca de posição: a periferia é periferia, mais do que nunca periferia.

A própria criação dos blocos econômicos comerciais aumenta as restrições aos países menos desenvolvidos, via criação de organismos do tipo, OMC, e torna o acesso a esses mercados difícil devido aos acordos entre os países membros. Mesmo havendo a redução de barreiras internas nos grandes blocos, há a criação de barreiras aos países externos, barreiras extrapreços.

Havia que se considerar a existência, ainda, da volatilidade das finanças internacionais.

Quanto ao primeiro fator, pode-se dizer que as finanças internacionais revestem-se, no final dos anos 80, de características distintas das décadas passadas, pois as reservas internacionais estão sujeitas a constantes instabilidades cambiais, reflexo da perda do padrão ouro, que vai de 1950 ao início da década de 1970, e a existência de um sistema padrão dólar, em que as paridades cambiais são variáveis e provoca desajustes no comércio latino-americano. Associado a este, tem-se que a volatilidade do capital internacional é irregular e administrada por agentes privados nacionais ou

transnacionais, tornando pequena a capacidade de os governos exercerem uma vigilância sobre esse capital. Como a trajetória desse capital é realizada na forma de aplicações nas bolsas de valores (capital especulativo), uma preocupação pós 1980/90 é com a regulação desses capitais.

Quanto aos investimentos diretos externos, a década de 1980 vê-se diminuída na Região, devido ao panorama recessivo desta e a redução da credibilidade externa.

- As ondas liberalizantes na Europa , com Thatcher na Inglaterra e nos EUA com Ronald Reagan, e a pressão para a abertura da economia.
- A legitimidade democrática e sobretudo a necessidade da existência de um projeto racional de desenvolvimento que reunisse sob si os diferentes integrantes da sociedade das minorias aos grupos representativos.

O pensamento estruturalista dos anos anteriores à década de 1990 não comportava mais o seu passado de “glória e desenvolvimento”, e junto com ele o Estado passara a sofrer determinadas críticas, sobretudo autocríticas na CEPAL, de autores que moldaram o pensamento dos anos de 1980, tendo evoluído para uma nova proposta de desenvolvimento intitulada *Transformação Produtiva com Equidade*.

A autocrítica dos anos de 1970/80 serviu para uma reavaliação da proposta de desenvolvimento da Região e, acima de tudo, para a reavaliação do papel do Estado, pois, àquela altura do século, as dificuldades produtivas e de recursos já estavam presentes, na forma do endividamento, através da dualidade tecnológica e social de atraso em relação aos países industrializados, entre outros.

5. O Neoestruturalismo e o neoliberalismo: uma visão de convergência?

A análise do trabalho, que se centra nessa evolução do pensamento cepalino sobre as funções do Estado, associadas ao momento histórico que a Região presenciava, mostra que a década de 1990 é um período que, após o turbilhão dos anos de 1980 e a ascensão da forma liberal de administrar a crise, desemboca numa nova ou talvez numa mescla de formas e funções (liberais, keynesianas, estruturais e do bem-estar).

Os quadros abaixo mostram a evolução do pensamento das funções do Estado, contrapondo os anos de 50/60 aos anos 90.

QUADRO 3 - CEPAL E A AÇÃO DO ESTADO: 1950-1960

A industrialização, o crescimento demográfico, a difusão do progresso tecnológico, as melhorias na saúde, acumulação de capital, distribuição de renda entre outras condições do desenvolvimento → impõe a ação deliberada do Estado para:

- Transformar a estrutura social.
- Estimular o aproveitamento intensivo da terra e do capital.
- Estimular o potencial da iniciativa privada.

A política deliberada de desenvolvimento usaria como recurso a programação, ou planejamento, devido às características estruturais da periferia e a sua incapacidade de responder às leis de mercado.

↓

A política deliberada de industrialização da América, embora encabeçada pelo Estado, seria, em grande medida, ação do empresário privado.

↓

Não se atribuíam o desenvolvimento econômico ao livre jogo das forças econômicas, mas ao Estado caberia a promoção das condições adequadas para que a iniciativa privada se oriente e se veja estimulada a investir.

As políticas para tal:

- Monetárias
- Cambiais

→ Fiscais $\Delta S = f$

↓ c
 ΔI

= I (empréstimos externos)

- Comércio Exterior
- Empresário
- Fornecedor de Serviços básicos à economia.
- ΔI capital social

↓

ΔI privados da economia

- Estimular a assimilação da tecnologia através da gestão estatal.
 - Pesquisa e difusão da tecnologia.
 - Educação para aplicar essa tecnologia.

O Estado deve intervir, ainda:

- para evitar a concentração excessiva de poder econômico privado em poucas mãos;
- ou empreender atividades de caráter monopólico que, se exercidas por empresas internacionais, venham restringir a competição e o desenvolvimento nacional;
- o mercado não é ou sinaliza o emprego mais econômico dos recursos disponíveis;
- as decisões do mercado não conseguem captar o total dos indivíduos, o que melhor pode ser feito pelo Estado em sua visão de conjunto.

SINTETIZANDO:

- O desenvolvimento econômico não é um fator espontâneo, mas resulta da ação conjunta entre o Estado e a iniciativa privada, logo o Estado deve intervir:

- De posse de recursos externos e de poupança interna → Investimento do Estado que completam as atividades privadas.
- Elevar o coeficiente de poupança nacional.
- Devido à perda do poder de compra das exportações da Região o Estado deve adotar medidas de proteção e fomento na forma de capacitação tecnológica e de mão-de-obra e acesso a essa tecnologia.
- A intervenção se considera devido à vulnerabilidade das economias latinas às flutuações e contingências externas. Para tal, requer-se mudança estrutural, fortalecimento do mercado interno e sua diversificação.
- Ofertando crédito de médio e longo prazo → Aumento do incentivo aos investimentos privados ou com ação conjunta.
- Ação do Estado no campo tecnológico → Universidades públicas.
 - Institutos de Pesquisa.

Com a elaboração das entidades de classe → acordos internacionais de transferência de tecnologia → melhoria da produtividade.

QUADRO 4 - TRANSFORMAÇÃO PRODUTIVA COM EQÜIDADE (1990)

- **Estado:** é agente responsável pela indução da industrialização juntamente com a iniciativa privada.
- Deve promover um clima macroeconômico estável, combinando políticas setoriais de curto e longo prazos.
- Deve promover, junto com a iniciativa privada, mudanças institucionais capazes de obter eqüidade e harmonia social.
- Deve promover medidas redistributivas para incorporar os setores marginalizados à nova estrutura produtiva da sociedade face à crescente produtividade, devido à introdução de tecnologia.
- Deve conseguir, mediante acordos, colocar no mesmo projeto de desenvolvimento nacional grupos de interesses divergentes. Disso decorre a indução da integração eficiente entre os agentes públicos e privados.
- As prioridades estatais passam a ser:
 - Fortalecimento da competitividade.
 - Melhora dos níveis de eqüidade.



- Para alcançar a competitividade autêntica e a inserção internacional, torna-se necessário:
 - não haver desequilíbrio macroeconômico;
 - haver a abertura comercial gradual, considerando a disponibilidade de divisas;
 - dispor de uma política comercial: proteção tarifária, promoção de exportações de setores que substituem importações;
 - dispor de uma política tecnológica, com o objetivo de incorporar progresso técnico, incentivando a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e o setor produtivo;
 - formar, em conjunto, com os agentes privados de recursos humanos mediante formação, capacitação e reeducação destes;
 - como parte da política industrial, formar nas empresas mão-de-obra empresarial, com formulação e execução de projetos e financiamento da empresa entre outros;
 - revalorizar o setor primário, sua articulação inter-setorial e superar o viés urbano-industrial;
 - haver uma política de exploração racional dos recursos naturais.

QUADRO 5 - REFORMA E MODERNIZAÇÃO DO ESTADO (1995)

TAREFAS CLÁSSICAS	▪	Justiça
- Provisão dos Bens públicos	▪	Segurança pública
	▪	Relações exteriores
- Administração dos Desequilíbrios	▪	Macroeconômicos
	▪	Sociais
	▪	Ambientais
- Acumulação de Capital Social, Físico e Humano	▪	Infra-estrutura
	▪	Eqüidade social e territorial
	▪	Meio-ambiente
FUNÇÕES PÚBLICAS EMERGENTES (Regulamentação Governamental)	▪	Produção de bens e serviços em mercados monopólicos
	▪	Sistema financeiro e mercado de capitais
	▪	Previdência social
	▪	Mercado e legislação trabalhista
GESTÃO ESTRATÉGICA Ou Função Catalizadora do Governo	▪	Dinamização das inversões (I)
	▪	Desenv. científico e tecnológico
	▪	Estímulo a competitividade das exportações
	▪	Monopolização de recursos para o financiamento de longo prazo.

QUADRO 6 - PACTO FISCAL (1998)

A robustez ou fragilidade das finanças públicas reflete a fortaleza ou debilidade do Pacto Fiscal que legitima o papel do Estado e o campo das responsabilidades governamentais no âmbito econômico e social.

Para tal, cinco aspectos são fundamentais:

- consolidação do ajuste fiscal;
- maior produtividade do gasto público através de eficácia, eficiência e qualidade na prestação dos serviços públicos ou dos novos agentes que passaram a oferecer serviços sociais e de infra-estrutura, anteriormente monopólios do Estado;
- transparência do gasto público ou da ação fiscal;
- promoção da eqüidade;
- institucionalidade democrática. Compromisso do Estado com a democracia e com compromissos consensuados com todos os setores da sociedade sobre a magnitude, composição, financiamento do gasto público e controle sobre a gestão pública.

QUADRO 7 - REFLEXÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO E A RESPONSABILIDADE DO ESTADO (1998)

<p>Para cumprir com as finalidades de processar o desenvolvimento e manter sua legitimidade, cabe repensar o Estado de modo que este se torne capaz de fazer face aos problemas não resolvidos, assim como de resgatar a cidadania. Para tal, existe a necessidade de um Estado distinto.</p>	
<p>GESTÃO ESTRATÉGICA ou (Planejamento Estratégico)</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Elaborar interpretação e diagnósticos das causas ou dos problemas que impedem as regiões de se desenvolverem (identificar setores, atividades, unidades territoriais). ▪ Desígnio estratégico: compromisso das lideranças em atender às principais políticas e projetos que incluem as demandas sociais; decisões de novas obras de infraestrutura, manejo das existentes e finalmente a descentralização e desenvolvimento territorial. ▪ O processo decisório.
<p>REGULAÇÃO</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Vigiar as regras da concorrência. ▪ Controlar a ação dos monopólios naturais. ▪ Promover a proteção e informação dos usuários. ▪ Garantir a qualidade dos serviços. ▪ Evitar os efeitos negativos sobre o meio ambiente.
<p>FORTALECIMENTO DA CAPACIDADE FISCAL</p>	
<p>DESCENTRALIZAÇÃO POLÍTICA e DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL com o objetivo de tornar mais transparente e eficiente as destinações de recursos, de aumentar o grau de participação da sociedade na gestão pública, e de viabilizar avanços em matéria de equidade.</p>	

Algumas reflexões podem ser derivadas:

a) Há, em alguns aspectos, a preservação ou até mesmo o aprofundamento de temas ou áreas específicas no pensamento neo-estruturalista em relação ao estruturalista, tais como:

- necessidade de transformações produtivas e de estrutura social;
- melhora dos níveis de equidade;

- função do Estado como agente promotor do desenvolvimento, mas com um menor número de ações;
- manutenção de políticas tecnológicas, industriais, educacionais e de fomento.

b) Há a atenção por novos temas em relação ao estruturalismo, como:

- aceitação com maior ênfase da presença dos agentes privados;
- preservação e regulação do meio ambiente;
- necessidade de estabilidade macroeconômica;
- fortalecimento da competitividade autêntica;
- regulação dos mercados: Sistema Financeiro e Mercado de Capitais, Previdência Social e Legislação Trabalhista.

c) Houve o esquecimento ou diminuição de importância de ponto. O preenchimento de atividades de caráter monopolistas, a descrença no mercado e o fato de que o Estado pode executar melhor as tarefas por sua visão de conjunto.

d) Mas, indubitavelmente, houve a convergência do pensamento neo-estrutural ao liberal em pontos como:

- não haver desequilíbrio macroeconômico;
- desencadear a abertura, embora lenta e gradual;
- promover de forma conjunta (pública e privada) as mudanças institucionais;
- prever a questão da acumulação de capital.

A obra publicada “*O Pacto Fiscal*” é a que mais se aproxima do liberalismo; a *Reforma e Modernização* é a obra mais completa, e a *Transformação Produtiva com Equidade*, a mais “incipiente” e em alguns aspectos até ingênua ou mesmo incapaz de ser executada pelo Estado latino-americano, devido às suas impossibilidades, já destacadas, mas sobretudo pela falta de recursos monetários, recursos humanos e “consenso social”.

A publicação de 1998 do ILPES sobre a necessidade de um Estado Distinto pouco acrescenta às obras anteriores.

e) Entre o estruturalismo dos anos 50 e o neo-estruturalismo dos anos de 1980 em diante, a CEPAL mantém a postura de que os problemas da AL são endógenos e estruturais. Ainda não há uma dinâmica própria de industrialização e formação de tecnologias, porquanto existem sérios problemas de geração (poupança), acumulação e difusão do progresso tecnológico, embora enfatize seriamente o descaso da Região com o setor externo.

f) A necessidade do Estado ainda persiste, mas as contingências o impedem; logo, o Estado neo-estrutural mantém uma amplitude importante ao mesmo tempo em que é forte, ativo, promotor e com funções clássicas, aceitando contribuições (liberais) porque sabe que a “fanfarra” do período precedente não poderá permanecer. Logo, a administração dos desequilíbrios, a regulamentação (na produção de bens e serviços, SF, no mercado de capitais, na previdência e no mercado de trabalho) são contribuições importantes, pois asseguram o retorno de ajuda na forma de capitais. Para outras funções, há um caráter liberal, o fortalecimento da capacidade do pensamento fiscal (é a variável central do pensamento liberal) discutida tanto no Consenso quanto no Relatório. A transparência do Gasto público, sua maior produtividade via eficiência, eficácia e qualidade nada mais é do que uma variável prioridade nas despesas públicas do Consenso. O pensamento neo-estrutural se aproxima mais do Relatório no que se refere à importância da acumulação de capitais sociais, físico e humano, e na gestão estratégica, na promoção da equidade⁶ e na institucionalidade democrática⁷.

O pensamento unívoco deixa de ter a mesma ênfase dos anos 1950/60. Nestas décadas, Paul Prebisch/Aníbal Pinto, Celso Furtado e Osvaldo Sunkel eram a imagem do pensamento da Instituição. No caso de Prebisch, seus livros e artigos representavam a CEPAL.

⁶ Proteção de grupos vulneráveis, proteção do meio ambiente, fazer face à insegurança da família.

⁷ Mecanismos limitadores formais maiores que a concorrência para estabelecer uma base jurídica de profundidade.

Após um período de reflexão interna, hoje não há essa relação unidirecional. A CEPAL dispõe de técnicos: estruturalistas, neoschumpeterianos, autores que defendem a teoria do capital humano (originalmente pensamento liberal defendido pela direita), neomalthusianos, etc.

Após os anos de 1980 e de todas as suas dificuldades, sobretudo do período de reflexão própria, no início dos anos de 1980 e final dos anos de 1970, há uma diversificação de conceitos/funcionários além da pluralidade da formação de técnicos, deixa de haver uma única imagem ou pessoa que represente a Instituição. Vários são os diretores e técnicos, logo, de acordo com os próprios, difícil seria uma unicidade de pensamento. No entanto, algumas idéias são compartilhadas por todos, sendo necessário:

a) transformar as atividades e unidades produtivas (o estruturalismo propunha a industrialização em troca da economia agrária exportadora, o que não deixa de ser uma transformação produtiva);

b) reduzir as desigualdades sociais (o estruturalismo já o propunha);

c) manter a estabilidade macroeconômica (a estabilidade não era tema preocupante, mas sim a formação de poupança, e políticas outras para aumentar investimentos internos e externos na indústria);

d) inserir a Região na nova divisão internacional do trabalho;

e) marcar presença do mercado e da iniciativa privada (conforme Quadro 3, Prebisch não atribuía o desenvolvimento ao livre jogo do mercado e das forças econômicas. Hoje, aceita-se essa complementariedade e até mesmo sua suficiência no exercício de determinadas atividades);

f) obter eficiência e eficácia (esta atribuição não foi discutida nas décadas passadas, sendo forte a influência do pensamento liberal, sobretudo do “consenso” no estruturalismo).

6. Conclusão

O Estágio no qual se encontrava a Região Latina, após a II Guerra Mundial: a desigualdade tecnológica, baixa educação e falta de qualificação da mão-de-obra, os problemas decorrentes das altas taxas demográficas e os produtos com baixo valor de mercado externo exigiam mudanças no padrão de desenvolvimento, o que tornou, portanto, justificável a ação do Estado como ator protagônico, embora Prebisch não desacreditasse completamente do mercado.

No entanto, as políticas propostas, embora não possamos desconsiderá-las, não foram adotadas nos moldes propostos; logo, os desvios de rota foram fatores de política interna ou externa e não se pode culpar a Instituição. A ênfase na “ação deliberada” foi um erro, porque, ao pé da letra, significava resolver depois do exame ou discussão, decidir, ponderar, refletir, o que, em muitas das ações, não ocorreu, e sim os interesses políticos regionais, de grupos mais organizados, etc.

O neo-estruturalismo tem se ocupado, portanto, em reafirmar a necessidade de desenvolver economicamente a Região, industrializá-la e melhorar seu comércio com o resto do mundo. Esses pontos foram a inspiração do estruturalismo dos anos de 1950. Sem desprezar a importância dos preços como forma de alocar os recursos produtivos, a perspectiva neo-estruturalista, a partir da metade dos anos de 1980 em diante, incorpora a complexidade das mudanças tecnológicas que estão ocorrendo no resto do mundo, a busca constante de informações, a dificuldade de tomar decisões, principalmente em ambientes subdesenvolvidos, segmentados e tomados de

agentes incertos quanto ao seu futuro (político, social e econômico). Dessa forma, à inovação e à mudança tecnológica são dadas um lugar central nessa nova visão do processo de desenvolvimento mundial, sobretudo se o objetivo dos diferentes países é a obtenção de um processo sustentado de desenvolvimento econômico.

Se os problemas que o neo-estruturalismo percebe como sendo os mais relevantes e que fazem parte da busca por uma solução para o atraso da Região, a restauração e manutenção dos equilíbrios macroeconômicos básicos, e a busca de uma nova estratégia de industrialização, o primeiro não era prioridade dos anos 1950/60 e sim pós 1980, e o segundo sempre o foi, inclusive com uma maior e diferenciada ênfase.

Como o ambiente social, político e econômico mudou, o pensamento mudou. O Estado dos anos 50 deveria ser responsável pela indústria (crescimento) e posteriormente pelo social. De 1990 em diante a situação mudou e ao Estado competem obrigações muito mais variadas, embora menores na intensidade. Mudou o enfoque e a intensidade, mas a gama de funções é muito maior. Logo, este Estado é sempre candidato à crise fiscal, a não ser que haja uma completa modificação da relação interna entre consumo, poupança e investimento. Esse fato a CEPAL salienta bem no “Pacto Fiscal”.

Entretanto, após os avanços teóricos, o financiamento da transformação produtiva requer, como condição indispensável, uma reacomodação da política fiscal a fim de elevar a economia pública. Essa contribuição, várias vezes salientada no “Pacto Fiscal”, é uma contribuição não só liberal, mas uma necessidade de sobrevivência, o que se torna maior que qualquer comparação.

Sendo assim, a primeira hipótese é confirmada quando, através da análise da evolução histórica dos anos de 1950, percebemos que, em primeiro lugar, o período chamado *Idade de Ouro* do capitalismo propiciou a alavancagem do processo de desenvolvimento da América Latina porque esta se atrelava do “Centro” na forma de compras e vendas (importações e exportações); segundo, porque, em ambas as Regiões, foi o modelo keynesiano de desenvolvimento que ditou as regras de mercado (o Estado é agente central do desenvolvimento), embora, na América Latina, a receita tenha sido superdosada (aumento da diversificação de funções), enquanto nos países desenvolvidos basicamente estava o Estado atrelado ao “bem-estar”.

Mas é a partir das crises e incertezas do início dos anos de 1970 (petróleo, endividamento norte-americano, diminuição da produtividade nos EUA, entre outros), que há a transferência de parte desses prejuízos à periferia na forma de redução de empréstimos, aumento de juros e, com isso, a desestabilização do processo de industrialização e desenvolvimento da Região. Associa-se a isso o aumento da inflação e o endividamento interno e externo da América Latina.

A crise da Região apresenta dois alçozes: ela é em parte externa, crises estas do Centro, as quais, através de ondas, se propagam para a periferia, e ela é em parte interna, erros e mais erros de políticas e decisões que levam à insustentabilidade do rumo do modelo econômico de desenvolvimento econômico e social no período analisado (1950 a 1990).

A manutenção de funções estruturalistas dos anos de 1950/60 é uma marca fundamental do pensamento: o Estado é importante, deve ser ativo e

promotor, sem no entanto ser amplo e endividado. A crise Fiscal é o ponto de inflexão, ponto este positivo, pois que ainda mantém a preocupação com a desigualdade tecnológica e social e com a falta de capital humano e físico. Acredita, agora, na teoria do capital humano (influência liberal), mas não acha que o Estado deva ser o único agente da sociedade capaz de planejar e executar políticas. Agora ele passa a planejar mais do que executar.

Mas é no novo que a CEPAL avança e aqui deveria investir, já que a lição liberal ela soube dosar:

- equilíbrios macroeconômicos;
- eficiência e eficácia da administração e gestão pública;
- a importância do empresário, como agente de transformação, substituindo o Estado na atividade produtiva.

A convergência dá-se por convicção e por necessidade. Por convicção porque percebe os erros de concepção interna, das funções que atribuíra ao Estado, concepções essas acima das capacidades administrativas, financeiras e legais da sociedade. Por necessidade, porque se a CEPAL não administrasse as falhas (que não, necessariamente, são apenas suas, ou mesmo suas) de conduta ou de concepção, esta deixaria de ser capaz de responder à nova realidade que permeia a América Latina e, sobretudo, porque a Região se veria novamente embreada em problemas quase tão graves quanto há cinqüenta anos atrás.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In SADER, Emir, GENTILI, Pablo (Org.) **Pós-neoliberalismo**. As políticas Sociais e o Estado Democrático. 3 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. p.9-23.

BEAUD, Michael. **História do Capitalismo** – de 1500 aos nossos dias. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. p.194-240.

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento. **Relatório Anual**, Progresso Sócio-Econômico na América Latina, Washington, D.C., 1980-1981. p.437.

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento. **Relatório Anual**, Progresso Sócio-Econômico na América Latina, Washington, D.C., 1990. p.290.

BIRD – Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento. Banco Mundial. O Estado num Mundo em Transformação. **VIII Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial**, New York, Washington, D.C., 1997. 186 p.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Evolución de las Ideas de la CEPAL. **Revista de la CEPAL**. Naciones Unidas, Santiago de Chile, Número Extraordinário, 1998. p.21-45.

BITAR, Sérgio. Neoliberalismo versus Neoestruturalismo en América Latina. **Revista de la CEPAL**, Naciones Unidas, Santiago de Chile, n. 34, p. 45-63, abr. 1988.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a História**. 2.ed. São Paulo : Perspectiva S/A. 1992. p. 41-142.

BRESSER Pereira, Luiz Carlos. **Crise Econômica e Reforma do estado no Brasil**. Para uma nova interpretação da América Latina. São Paulo: Ed. 34, 1996. 360p.

CARCIOFI, Ricardo. El papel del Sector Público em el Desarrollo Lationoamericano. **Revista de la CEPAL**, Naciones Unidas, Santiago de Chile, n. 63, dez. 1997.p. 7-15.

CARDOSO, Ciro Flamarion , BRIGNOLI, Héctor Pérez. **Os métodos da História**. Introdução aos problemas, métodos e técnicas da história demográfica, econômica e social. 5.ed. Rio de Janeiro : Graal, 1990. p.45-67, 260-337 e 354-357.

CEPAL – Comisión Económica Para a América Latina y el Caribe. Las Tareas de La Política Fiscal y Tributaria a La Luz De Los Problemas Del Desarrollo de América Latina (1972). In: ASSAEL, Héctor. **Ensayos de Política Fiscal** México: Fondo de Cultura Económica, 1985. p. 91-150 (El Trimestre Económico, Serie Lecturas, n.2).

CEPAL – Comisión Económica Para a América Latina y el Caribe. **Transformación Productiva con Equidad**. La Tarea prioritaria Del desarrollo de América Latina y el Caribe en los años noventa. Naciones Unidas, Santiago de Chile. 1990. 185 p.

CEPAL – Comisión Económica Para a América Latina y el Caribe. **Reestructuración y desarrollo productivo**: desafío y potencial para los años noventa. Naciones Unidas, Santiago de Chile, 1994. 108 p. (Estudios e informes de la CEPAL nº 92).

CEPAL – Comisión Económica Para a América Latina y el Caribe. **América Latina y el Caribe**: políticas para mejorar la inserción en la economía mundial. Naciones Unidas, Santiago de Chile, 1995. p.87 - 164.

CEPAL – Comisión Económica Para a América Latina y el Caribe. **Panorama de la inserción internacional de América Latina y el Caribe**. Naciones Unidas, Santiago de Chile, 1997. p.179/180.

CEPAL – Comisión Económica Para a América Latina y el Caribe. **Anuario Estadístico de América Latina y el Caribe**. Edición 1997. Naciones Unidas, Santiago de Chile, 1998.

CEPAL – Comisión Económica Para a América Latina y el Caribe. **CEPAL CINCUENTA AÑOS**. Reflexiones sobre América Latina y el Caribe. Naciones Unidas, Santiago de Chile, Numero Extraordinario, 1998.

CEPAL – Comisión Económica Para a América Latina y el Caribe. **El Pacto Fiscal**. Fortalezas, Debilidades, Desafios. Naciones Unidas, Santiago de Chile, 1998. 283p.

ECLAC and neoliberalismo an interview with Fernando Fajnzylber. **Revista de la CEPAL**. Naciones Unidas, Santiago de Chile, n. 52, april 1994. p.205-208.

FALETTO, Enzo. La especificidad del Estado em América Latina. **Revista de La CEPAL**. Naciones Unidas, Santiago de Chile. n.38, ago.1989. p.69-87.

FANELLI, José Maria, FRENKEL, Roberto. Estabilidad y estructura : interacciones en el crecimiento económico. **Revista de la CEPAL**. Naciones Unidas, Santiago de Chile. n. 56, ago. 1995. p.25-41.

FÉLIX, David. Privatizing and rolling back the Latin American State. **CEPAL Review**. United Nations, Santiago do Chile. n.46, april 1992. p.31-46.

FERRER, Aldo. América Latina y la Globalización. **Revista de La CEPAL**. Naciones Unidas, Santiago de Chile. Número Extraordinário, 1998. p.155-168.

FFRENCH-DAVIS, Ricardo. Esbozo de un Planteamiento Neoestructuralista. **Revista de la CEPAL**. Naciones Unidas, Santiago de Chile, n.34, abr.1988. p.37-44.

FFRENCH-DAVIS, Ricardo. Formación de capital y marco macroeconómico: Bases para un enfoque neoestructuralista. In: SUNKEL, Osvaldo (compilador). **El desarrollo desde dentro**. Un Enfoque Neoestructuralista para a América Latina, Chile, Fondo de Cultura Económica, 1995, p. 192-232 (El trimestre Económico, Serie Lecturas-71).

FISZBEIN, Ariel, PSACHAROPOULOS, George. Tendencias de la desigualdad del ingreso en América Latina en los años ochenta. In LUSTIG, Nora.(Compiladora) **El desafío de la austeridad**. Pobreza e desigualdad en la América Latina. Fundo de Cultura Econômica, México, 1997. p.85-114 (Série Lecturas-86).

FMI – Fundo Monetário Internacional. **Relatório Anual**, Government Finance Statistics Yearbook, Washington, D.C., v. I, 1977. p.15-18.

FMI – Fundo Monetário Internacional. **Relatório Anual**, Government Finance Statistics Yearbook, Washington, D.C., v. V, 1981. p.34-46.

FMI – Fundo Monetário Internacional. **Relatório Anual**, Government Finance Statistics Yearbook, Washington, D.C., v. VII, 1983. p.40-52.

FMI – Fundo Monetário Internacional. **Relatório Anual**, Government Finance Statistics Yearbook, Washington, D.C., v. XII, 1988. p. 58-76.

FMI – Fundo Monetário Internacional. **Relatório Anual**, Government Finance Statistics Yearbook, Washington, D.C., v. XVI, 1992. p.62-80.

FMI – Fundo Monetário Internacional. **Relatório Anual**, Government Finance Statistics Yearbook, Washington, D.C., v. XX, 1996. p.18.

FMI – Fundo Monetário Internacional. **Relatório Anual**, Government Finance Statistics Yearbook, Washington, D.C., v. XXI, 1997. p.2-11.

FRANTZEN, D.J. **Growth and Crisis in Post-War Capitalism** Brussels Dartmouth, 1990. p. 606 –219.

GLYN, Andrew et alii. The rise and fall of the golden age. In: MARGLIN, Stephen A., SCHOR, Juliet B. **The Golden Age of Capitalism**. Reinterpreting the Post War Experience. Clarendon Press. Oxford, 1990. p.39-125.

GOMÁ, Óscar Muñoz. El proceso de industrialización: Teorías, experiencias y políticas. In: SUNKEL, Osvaldo (compilador). **El desarrollo desde dentro**. Um Enfoque Neoestruturalista para a América Latina, Chile, Fondo de Cultura Econômica, 1995. p. 321-360 (El trimestre Econômico, Série Lecturas-71).

GONZALES, Norberto. Coloquio Internacional sobre nuevas orientaciones para la planificación en economías de mercado. Exposições inaugurais. **Revista de la CEPAL**. Naciones Unidas. Santiago de Chile, n.31, abr. 1987. p.9-10.

GUIMARÃES, Roberto P. **El Leviatan acorralado**: Continuidad y cambio en el papel Del Estado en América Latina. ILPES-Naciones Unidas, Santiago de Chile, Septiembre de 1997(a), 32 p. (Documento 97/40).

GUIMARÃES, Roberto P. ¿ **El Leviantan en extioncion?** Notas sobre Reforma del Estado en América Latina. ILPES-Naciones Unidas, Santiago de Chile, Septiembre de 1997(b), 32 p. (Documento 97/42).

GURRIERI, Adolfo. **La Obra de Prebisch en la CEPAL**. Fondo de Cultura Económica, México, 1982, v. 1 e v.2 (El Trimestre Econômico, Série Lecturas – 46* e 46**).

GURRIERI, Adolfo. Vigencia del Estado planificador en la crisis actual. **Revista de La CEPAL**. Naciones Unidas. Santiago de Chile, n.31, abr. 1987. p.201-218.

HOLANDA, Francisco Uriban Xavier de. **Do Liberalismo ao Neoliberalismo** : o itinerário de uma cosmovisão impenitente. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998. p. 13-68. (Coleção Filosofia, n.75).

ILPES - Instituto Latinoamericano Y Del Caribe De Planificación Económica Y Social. **Gestion Estrategica, Planificación e Presupuesto**, Reunion de La XV Mesa Directiva del Consejo Regional de Planificación. Buenos Aires, noviembre 1992. 35p.

ILPES - Instituto Latinoamericano Y Del Caribe De Planificación Económica Y Social. **Repensando La Planificacion**, Reunion de La XV Mesa Directiva del Consejo Regional de Planificación. Brasilia, noviembre 1993. 50p.

ILPES - Instituto Latinoamericano Y Del Caribe De Planificación Económica Y Social. **Reforma y Modernizacion del Estado**, Naciones Unidas, Santiago de Chile, 1995. p. 07-36.

ILPES - Instituto Latinoamericano Y Del Caribe De Planificación Económica Y Social. **Reflexiones sobre el Desarrollo y la Responsabilidad del Estado**, Santiago de Chile, 1998.180 p.

KATZ, Jorge. Cambios estructurales y productividad en la industria latinoamericana, 1970-1996. **Revista de la CEPAL**, Naciones Unidas, Santiago de Chile, n.71, ago. 2000. p. 65-84.

KENEN, Peter Bain. **Economia Internacional: Teoria e Política**. Rio de Janeiro, Campus, 1998. p. 515-567.

KEYNES, John Maynard. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. 2. ed. São Paulo:Nova Cultural, 1985. p.1-287.

KLIKSBURG, Bernardo. Capital social y cultura, claves essenciais Del desarrollo. **Revista de la CEPAL**, Naciones Unidas, Santiago de Chile, n.69, Diciembre 1999. p. 85-102.

LAHERA, Eugenio, RAMOS, Joseph, ROSALES, Osvaldo. **¿Es posible crecer con Equidad y en democracia?** Una síntesis de la propuesta de la CEPAL. CEPAL: Naciones Unidas, Santiago de Chile, abr.1997. 30 p. (Documento de trabajo n.43).

LAHERA, Eugenio. **Algunos Criterios para reformar el Estado**. CEPAL, Naciones Unidas, Santiago de Chile, marzo 1997. 73p. (Documento de trabajo n.45).

LAHERA, Eugenio. **Introducción a las políticas publicas**. CEPAL, Naciones Unidas, Santiago de Chile, octubre 1999. p.1-10.

LAROUSSE. **Diccionario general de la lengua española**. España: Larousse Editorial, 1997. 1285p.

LEAL, Rogério Gesta. **Teoria do Estado**. Cidadania e Poder Político na Modernidade. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997. p.121-152.

LINCE, Guillermo Maldonado. Los Desafios de América Latina en el Mundo de Hoy. **Revista de la CEPAL**. Naciones Unidas, Santiago de Chile, n.34, abr. 1988. p. 65-79.

LUSTIG, Nora. **Del Estructuralismo al neoestructuralismo**: la búsqueda de un paradigma heterodoxo. Santiago de Chile, n.23, marzo 1988, p. 35-50 (Colección Estudios CIEPLAN).

LUSTIG, Nora. Equidad y Desarrollo. In: SUNKEL, Osvaldo (compilador). **El desarrollo desde dentro**. Um Enfoque Neoestructuralista para a América Latina, Chile, Fondo de Cultura Económica, 1995. p. 81-111 (El trimestre Económico, Série Lecturas-71).

LUSTIG, Nora. Introducción. In LUSTIG, Nora.(Compiladora) **El desafío de la austeridad**. Pobreza e desigualdad en la América Latina. Fundo de Cultura Económica, México, 1997. p.13-54. (Série Lecturas-86).

MARTÍNEZ, Guillermo Ortiz. In: ILPES - Instituto Latinoamericano Y Del Caribe De Planificación Económica Y Social. **Reforma y Modernización del Estado**, Naciones Unidas, Santiago de Chile, 1995. p. 11-16 (PREFACIO).

MORLEY, Samuel A. El ajuste Estructural y los Determinantes de la Pobreza en la América Latina. In LUSTIG, Nora.(Compiladora) **El desafío de la austeridad**. Pobreza e desigualdad en la América Latina. Fundo de Cultura Económica, México, 1997. p.55-84. (Série Lecturas-86).

OCAMPO, José Antonio. Cincuenta años de la CEPAL. **Revista de la CEPAL** Naciones Unidas, Santiago de Chile, Numero Extraordinario, octubre 1998. p.11-16.

_____. Más allá del consenso de Washington: una visión desde la CEPAL. **Revista de la CEPAL**. Naciones Unidas, Santiago de Chile, n.66, diciembre 1998. p. 7-28.

O'CONNOR, James. **La Crisis Fiscal del Estado**. Barcelona: Ediciones Península, 1981. p.11-31.

OTTONE, Ernesto. **La Modernidad Problemática**. Quatro ensaios sobre o desenvolvimento latinoamericano. CEPAL/Editorial Jus. México, 2000. 119p.

PIRENNE, Henri. **História Econômica e Social da Idade Média**. 4. ed. Mestre You. São Paulo : 1968. p. 147-226.

PRADO B., Arturo Núñez In: ILPES - Instituto Latinoamericano Y Del Caribe De Planificación Económica Y Social. **Reforma y Modernización del Estado**, Naciones Unidas, Santiago de Chile, 1995. p. 07-09. (Presentación).

PRADO B., Arturo Núñez In: ILPES - Instituto Latinoamericano Y Del Caribe De Planificación Económica Y Social. **Reflexões sobre o Desenvolvimento e a Responsabilidade do Estado**, Naciones Unidas, Santiago de Chile, 1998. p. VII a IX. (Presentación).

PREBISCH, Raul. Estudio Económico de América Latina (1949). Rio de Janeiro : **Revista Brasileira de Economia**, FGV (1951). p.7-135.

PREBISCH, Raul. **Hacia una Dinámica Del Desarrollo Latino americano**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura (1963), 1964. 206 p.

PREBISCH, Raul. Problemas Teóricos y Prácticas Del Crecimiento Económico (1951) In: GURRIERI. Adolfo. **La Obra de Prebisch en la CEPAL**. Fondo de Cultura Económica, México, 1982, v. 1 e v.2, p.248-297. (El Trimestre Económico, Série Lecturas – 46* e 46**)

PREBISCH, Raul. La Cooperación Internacional en la Política de Desarrollo Latinoamericana(1954). In: GURRIERI. Adolfo. **La Obra de Prebisch en la CEPAL**. Fondo de Cultura Económica, México, 1982, v. 1 e v.2, p. 298-393. (El Trimestre Económico, Série Lecturas – 46* e 46**).

PREBISCH, Raul. Los Principales Problemas de La Técnica Preliminar de Programación (1955). In: GURRIERI. Adolfo. **La Obra de Prebisch en la CEPAL**. Fondo de Cultura Económica, México, 1982, v. 1 e v.2, p.424-443. (El Trimestre Económico, Série Lecturas – 46* e 46**).

RAMOS, Joseph, SUNKEL, Osvaldo. Introducción. Hacia una síntesis neoestructuralista. In: SUNKEL, Osvaldo (compilador). **El desarrollo desde dentro**. Um Enfoque Neoestructuralista para a América Latina, Chile, Fondo de Cultura Económica, 1995, p. 15-32 (El trimestre Económico, Série Lecturas-71).

RAMOS, Joseph. ¿Es posible crescer con equidad? **Revista de La CEPAL**. Santiago de Chile, Naciones Unidas, n.56, ago. 1995. p.13-24.

RAMOS, Joseph. Um Balance de las reformas estruturales neoliberales em América Latina. **Revista de La CEPAL**. Santiago de Chile, Naciones Unidas, n.62, ago. 1997. p.15-38.

REZENDE FILHO, Cyro de Barros. **História Econômica Geral**. São Paulo : Contexto, 1991. p. 88-240 (Coleção manuais).

RODRÍGUEZ, Ennio. La endogeneización del cambio tecnológico: Um desafío para el desarrollo. In: SUNKEL, Osvaldo (compilador). **El desarrollo desde dentro**. Um Enfoque Neoestructuralista para a América Latina, Chile, Fondo de Cultura Econômica, 1995. p. 281-320 (El trimestre Econômico, Série Lecturas-71).

RODRIGUEZ, Octavio. **Teoria do Subdesenvolvimento da CEPAL**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981. 345 p.

ROSALES, Osvaldo. Balance y Renovación en el Paradigma Estructuralista del Desarrollo Latinoamericano. **Revista de la CEPAL**, Naciones Unidas, Santiago de Chile, n. 34, abr. 1988. p. 19-36.

SÁINZ, Pedro e CALCAGNO, Alfredo. Em busca de outra modalidade de desarrollo. **Revista de la CEPAL**. Naciones Unidas, Santiago de Chile, n.48, diciembre de 1992. p.7-40.

SANTA CRUZ, Aníbal Pinto. El Estado Como Ente Económico (1957) In: ASSAEL, Héctor. **Ensayos de Política Fiscal** México: Fondo de Cultura Económica, 1985. p. 15-44 (El Trimestre Económico, n.2, Série Lectuas).

SMITH, Adam **A Riqueza das Nações**. Investigando Sobre sua Natureza e suas Causas. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. p.151-239 (Vol. II).

SUNKEL, Osvaldo, ZULETA, Gustavo. Neoestructuralismo versus Neoliberalismo em los años noventa. **Revista de la CEPAL**, Naciones Unidas, Santiago de Chile, n. 42, diciembre de 1990. p. 35-53.

SUNKEL, Osvaldo. La Consolidación de la Democracia y del Desarrollo en Chile. **Revista de la CEPAL**. Naciones Unidas, Santiago de Chile, n.47, ago. 1992. p. 39-48.

SUNKEL, Osvaldo. Prólogo. Em busca del desarrollo perdido. In: SUNKEL, Osvaldo (compilador). **El desarrollo desde dentro**. Um Enfoque Neoestructuralista para a América Latina, Chile: Fondo de Cultura Econômica, 1995. p. 9-13 (El trimestre Econômico, Série Lecturas-71).

SUNKEL, Osvaldo. Del desarrollo hacia adentro al desarrollo desde dentro. In: SUNKEL, Osvaldo (compilador). **El desarrollo desde dentro**. Um Enfoque Neoestructuralista para a América Latina, Chile: Fondo de Cultura Econômica, 1995. p. 35-80 (El trimestre Econômico, Série Lecturas-71).

TABJA R., Rodrigo. **Perfeccionamiento de la gestión regulatoria**. Lecciones de la experiencia chilena. Naciones Unidas. Santiago de Chile, 1999. 84p. (Cuadernos del ILPES n.44).

TOKMAN, Víctor E. Mercados de Trabajo y empleo en el pensamiento económico latinoamericano. In: SUNKEL, Osvaldo (compilador). **El desarrollo desde dentro**. Um Enfoque Neoestructuralista para a América Latina, Chile: Fondo de Cultura Econômica, 1995. p. 163-191 (El trimestre Econômico, Série Lecturas-71)

UGARTECHE, Oscar. **El Falso Dilema**. América Latina en la Economía Global. Caracas: Nueva Sociedad, 1997. p.18-148.

URQUIDI, Víctor L. La Política Fiscal en El Desarrollo Económico de La América Latina (1964). In: ASSAEL, Héctor. **Ensayos de Política Fiscal**. México: Fondo de Cultura Económica, 1985. p. 45-87 (El Trimestre Económico, n.2, Série Lecturas).

VILLARRREAL, René. La planificación en economías mixtas de mercado y los paradigmas del desarrollo: problemas y alternativas. **Revista de La CEPAL**, Naciones Unida. Santiago de Chile, n.31, abr. 1987. p.51-58.

WIESNER, Eduardo. Funcion de evaluacion de planes, programas, estrategias e proyectos. In: ILPES. **Informe Final. Funciones básicas de la planificación**. Naciones Unidas. Santiago de Chile, octubre 1999. p.7-12.

WILLIAMSON, John. **Latin American Adjustment. How much has happened?** Washington, D.C. Institute for International Economics, april 1990. p. 10-20, 400-427.

XIRINACHS, José Manuel Salazar. El Papel del Estado y Del Mercado em el Desarrollo Económico. In: SUNKEL, Osvaldo (compilador). **El desarrollo desde dentro**. Um Enfoque Neoestructuralista para a América Latina, Chile: Fondo de Cultura Econômica, 1995. p.455-499. (El trimestre Econômico, Série Lecturas-71).

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico Brasileiro: O ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 3.ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p. 11-34.

BOISIER, Sergio. Decentralization and equity. **CEPAL Review**. United Nations, Santiago de Chile, n.46, april 1992. p. 105-123.

BRADFORD Jr., Colin I. Options for Latin American reactivation in the 1990s. **CEPAL Review**. United Nations, Santiago de Chile, n. 44, august 1991. p. 97-103.

BRADFORD Jr., Colin I. Redefining the Role of the State: Political Processes, State capacity and the New Agenda in Latin America. In: BRADFORD Jr., Colin I. **Redefinig the State in Latin America**. OECD, France, 1994. p.17-30.

CALCAGNO, Eric. Evolution and present situation of styles of development. **CEPAL Review**. United Nations, Santiago de Chile, n.42, december 1990. p.53-65.

CASTRO, Antonio Barros de. The State, business and the restoration of the neoclassical paradigm. **CEPAL Review**. United Nations, Santiago de Chile, n.58, april 1996. p. 53-64.

CEPAL – Comisión Económica Para América Latina y el Caribe. **Equidad y Transformacion Productiva: Un Enfoque Integrado**. Naciones Unidas, Santiago de Chile, 1992. 254p.

CEPAL – Comisión Económica Para a América Latina y el Caribe. **Reestructuración y desarrollo productivo: desafío y potencial para los años noventa**. Naciones Unidas, Santiago de Chile, 1994. 108 p. (Estudios e Informes de la CEPAL. n.92).

FAJNZYLBBER, Fernando. Sobre la impostergable Transformación Productiva de América Latina. **Pensamiento Iberoamericano**, n.16, Madrid, 1990. p.85-129.

FALETTO, Enzo. ECLAC and the sociology of development. **CEPAL Review**. United Nations, Santiago de Chile, n. 58, april 1996. p. 191-205.

FERRER, Aldo. The early teachings of Raúl Prebisch. **CEPAL Review**. United Nations, Santiago de Chile, n. 42, december 1990. p. 27-33.

FIORI, José Luis. Economía política del Estado desarrollista en Brasil. **Revista de la CEPAL**. Naciones Unidas, Santiago de Chile, n. 47, ago. 1992. p. 187-201.

FRANCO, Rolando. Social policy paradigms in Latin America. **CEPAL Review**. United Nations, Santiago de Chile, n. 58, april 1996. p. 9-23.

FURTADO, Celso. **A fantasia Organizada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. 227p.

FURTADO, Celso. The nature of "principal cyclical centre". **CEPAL Review**. United Nations, Santiago de Chile, n.42, december 1990. p. 11-25.

FURTADO, Celso; FERRER, Aldo; SUNKEL, Osvaldo. A contribuição Histórica da Cepal. In: **Seminário Internacional**. Modelos e Políticas de Desenvolvimento. Tributo a Aníbal Pinto. BIRD-BNDES. Rio de Janeiro, jun. 1998. p. 29-79.

GARRETÓN, Manuel Antonio. New State – Society Relations in Latin America. In: BRADFORD Jr., Colin I. **Redefinig the State in Latin America**. OECD, France, 1994. p. 239-249.

HAFFNER, Jacqueline. **CEPAL: uma perspectiva de desenvolvimento latino-americano**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996. 140p. (Coleção História; 10).

IBARRA, David. Adjusting power between the State and the market. **CEPAL Review**. United Nations, Santiago de Chile, n. 42, december 1990. p. 67-91.

KLIKSBURG, Bernardo. **¿Cómo transformar al Estado?** Más allá y dogmes. México: Fondo de Cultura Económica, 1993. p.13-30.

KLIKSBURG, Bernardo. El rediseño del Estado para o desarrollo socioeconómico y el cambio. Una agenda estratégica para la Discusión. In

KLIKSBERG, Bernardo. (Compilador) **El rediseño del Estado**. Una perspectiva internacional. México: INAP/FCE, 1996. p.19-42.

KURI, Armando. Technological change and structuralist analysis. **CEPAL Review**. United Nations, Santiago de Chile, n. 55, april 1995. p. 191-198.

LAHERA, Eugenio. The State and changing production patterns with social equity. **CEPAL Review**. United Nations, Santiago de Chile, n. 42, december 1990. p. 93-114.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O Capitalismo Tardio**. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1988. 182p.

OCAMPO, José Antônio; ROSENTHAL, Gerth; RODRIGUES, Octavio; RAMOS, Joseph; SOUZA, Paulo Renato. O desafio da Transformação produtiva com Igualdade. In: **Seminário Internacional. Modelos e Políticas de Desenvolvimento**. Tributo a Aníbal Pinto. BIRD-BNDES. Rio de Janeiro, jun. 1998. p. 99-147.

O'DONNELL, Guilherme. Some Reflections on Redefining the Role of the State. In: BRADFORD Jr., Colin I. **Redefinig the State in Latin America**. OECD, France, 1994. p. 251-260.

OSZLAK, Oscar. Estado y Sociedad: las nuevas fronteras. In: KLIKSBERG, Bernardo. (Compilador) **El rediseño del Estado**. Una perspectiva internacional. INAP/FCE, México, 1996. p.45-77.

PEDRÃO, Fernando (Org.). **O pensamento da CEPAL**. Salvador: IANAMÁ, 1988. 123p.

PERRY, Guillermo. Fiscal Reform, Structural Adjustment and the New Role of the State in Latin América In: BRADFORD Jr., Colin I. **Redefinig the State in Latin America**. OECD, France, 1994. p.195-212.

PIAM, Sylvestre. El Estado y la competitividad de la economía. In: KLIKSBERG, Bernardo. (Compilador) **El rediseño del Estado**. Una perspectiva internacional. México: INAP/FCE, 1996. p.79-97.

PREBISCH, Raúl. **Transformación e desarrollo**: La gran tarea de América Latina. México: Fondo de Cultura Económica, 1970. 269p.

PREBISCH, Raúl. **Contra el monetarismo**. Buenos Aires: El. Cid, 1983.

RODRIGUEZ, Octavio. **Aprendizaje, acumulación, pleno empleo**: las tres claves Del desarrollo. Desarrollo Económico. v.38, n.151, octubre/diciembre 1998, p.771-796.

SIERRA, Gerónimo de (Coord). **Los pequeños países de América Latina en la hora neoliberal**. Nueva Sociedad: 1994. 219p.

SINGER, Paul. **Para além do Neoliberalismo**: a saga do capitalismo contemporâneo. São Paulo: Perspectiva, v.12, n.2, abr./jun. 1998, p.3-20.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Atlas, 1993. p.123-131.

SUNKEL, Osvaldo. **Auge, Crisis y renovación del Estado**: una perspectiva de largo prazo. CPU-CIEPLAN-CINDE-FLACSO. ICP/UC. Santiago de Chile, 1991. p. 19-40.

SUNKEL, Osvaldo. **El marco histórico de la Reforma Económica contemporánea**. Pensamiento Iberoamericano, n.22-23. Tomo I, Madrid, 1992-93, p. 15-51.

WOLFE, Marshall. The prospect for equity. **CEPAL Review**. United Nations, Santiago de Chile, n.44, august 1991. p. 21-34.

ANEXO A

AUTORES E OBRAS NEO-ESTRUTURALISTAS DOS ANOS 1980/90

ABLIN, E., y KATZ, J. (1997): "Tecnología y exportaciones industriales", **Desarrollo económico**, vol.17, N° 65, abril.

BENAVENTE, J. y otros (1997) "Nuevos problemas y oportunidades para el desarrollo de América Latina", serie Desarrollo productivo, N° 31, Santiago de Chile, CEPAL.

BERCOVICH, N. y KATZ, J (eds.) (1997): **Reestructuración industrial y apertura económica: la industria de celulosa y papel de Argentina, Brasil y Chile en los años 90**, Buenos Aires, Alianza Editorial.

BISANG, R. (1996): "Perfil tecno-productivo de los grupos económicos en la industria argentina", **Estabilización macroeconómica, reforma estructural y comportamiento industrial: estructura y funcionamiento del sector manufacturero latinoamericano en los años 90**, J.Katz (ed.), Buenos Aires, Alianza Editorial.

CEPAL (Comisión Económica para América Latina y el Caribe) (1998): **Impacto de la crisis asiática en América Latina**, Santiago de Chile.

____. **Panorama social de América Latina :**

(1998a). ____ .Edición 1997, Santiago de Chile, Publicación de las Naciones Unidas .

(1998b). ____ .Edición 1997, Santiago de Chile, Publicación de las Naciones Unidas.

(1997b). ____ . Edición 1996, Santiago de Chile, Publicación de las Naciones Unidas.

(1995b). ____ . Edición 1995, Santiago de Chile, Publicación de las Naciones Unidas.

(1994b). ____ . Edición 1994, Santiago de Chile, Publicación de las Naciones Unidas.

____ (1998c): Centroamérica: evolución económica durante 1997 México, D.F., Sede Subregional de la CEPAL en México.

____ (1997a): Indicadores económicos, Santiago de Chile, Publicación de las Naciones Unidas.

_____ (1997a). **La brecha de la equidad. América Latina, el Caribe y la Cumbre Social**, Santiago de Chile, Publicación de las Naciones Unidas.

_____ (1997b): Estrategia aperturista y transnacionales, Santiago de Chile, Publicación de las Naciones Unidas, junio.

_____ (1996) **Fortalecer el desarrollo. Interacciones entre macro y microeconomía**, Santiago de Chile, Publicación de las Naciones Unidas.

_____ (1996): **Panorama de la inserción internacional de América Latina y el Caribe**, Edición 1996 Santiago de Chile.

_____ (1996b), **Istmo Centroamericano: evolución económica en la primera mitad de los noventa**, México D.F., Sede Subregional de la CEPAL en México.

_____ (1996b): **Rol estratégico de la educación media para el bienestar y la equidad**. Santiago de Chile, abril.

_____ (1995a). **América Latina y el Caribe: políticas para mejorar la inserción en la economía mundial**, Santiago de Chile, Publicación de las Naciones Unidas. (Segunda edición y actualizada, Santiago de Chile, Fondo de Cultura Económica, 1998).

_____ (1993a). **Población, equidad y transformación productiva**, Santiago de Chile, septiembre. Publicación de las Naciones Unidas.

_____ (1992): Serie Industrialización y desarrollo tecnológico, Informe, N°12, Santiago de Chile, Publicación de las Naciones Unidas.

_____ (1991), **La transferencia de recursos externos de América Latina en la posguerra**, serie Cuadernos de la CEPAL, N°67, Santiago de Chile, Publicación de las Naciones Unidas.

_____ (1990a), **Estudio económico de América Latina y el Caribe, 1990**. Santiago de Chile, Publicación de las Naciones Unidas.

_____ (1985). **“Transformación y crisis: América Latina y el Caribe 1950-1984”**. Crisis y desarrollo: presente y futuro de América Latina y el Caribe, vol.1, Santiago de Chile, abril.

_____ (1984). **Políticas de ajuste y renegociación de la deuda externa en América Latina**, serie Cuadernos de la CEPAL, N°48, Santiago de Chile, diciembre. Publicación de las Naciones Unidas.

DI FILIPPO, A. (1995): "Transformación e integración productiva en América Latina", **Revista de la CEPAL**, N°57, Santiago de Chile, diciembre.

_____ (1994): "Regionalismo abierto y empresas latino-americanas", **Pensamiento iberoamericano**, N°26, Madrid, Instituto de Cooperación Iberoamericana, julio-diciembre.

FAJNZYLBBER, F. (1990). **Industrialización en América Latina: de la 'caja negra al casillero vacío'**, serie Cuadernos de la CEPAL, N° 60, Santiago de Chile, Publicación de las Naciones Unidas.

_____ (1990). **La industrialización trunca de América Latina**, México, D.F., Editorial Nueva Imagen.

_____ (1983): **La industrialización trunca de América Latina**, México, D.F., Editorial Nueva Imagen.

FANELLI, J. y FRENKEL, R. (1996): "Estabilidad y estructura: inter-acciones en el crecimiento económico", **Estabilización macroeconómica, reforma estructural y comportamiento industrial: estructura y funcionamiento del sector manufacturero latino-americano en los años 90**, J.Katz (comp.), Buenos Aires, Alianza Editorial.

FERRER, A. (1998): "La globalización y la contribución histórica de la CEPAL", documento presentado al Seminario internacional sobre modelos y políticas de desarrollo (Rio de Janeiro, junio de 1998).

_____ (1996): **Historia de la globalización: orígenes del orden económico mundial**, Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica.

_____ (1996) "Mercosul: trayectoria, situación actual y perspectivas", **La integración regional en América Latina. Revista de ciencias sociales iberoamericanas**, N° 24, Madrid, julio-diciembre.

FFRENCH-DAVIS, R. (1996): "Políticas macroeconómicas para el crecimiento", **Revista de la CEPAL**, N° 60, Santiago de Chile, diciembre.

FFRENCH-DAVIS, R., AGOSIN, M. y UTHOFF, A. (1995) "Movimientos de capitales, estrategia exportadora y estabilidad macroeconómica en Chile", **Las nuevas corrientes financieras hacia la América Latina: fuentes, efectos y políticas**, R. Ffrench-Davis y Griffith-Jones (comps.), México, D.F., Fondo de Cultura Económica.

FFRENCH-DAVIS, R. y GRIFFITH-JONES, S. (comps.) (1995): **Las nuevas corrientes financieras hacia la América Latina: fuentes, efectos y políticas**, México, D.F., Fondo de Cultura Económica.

GANNA, E. (1994): “Los cambios estructurales en la integración latinoamericana y caribeña”, **Pensamiento iberoamericano**, N°26, Madrid, julio-diciembre.

GOMES, G. y PÉREZ, A. (1979): “El proceso de modernización de la agricultura latinoamericana”, **Revista de la CEPAL**, N°8, Santiago de Chile, agosto.

GRACIARENA, J. (1976): “Poder y estilos de desarrollo: una perspectiva heterodoxa” **Revista de la CEPAL**, N°1, Santiago de Chile, primer semestre. Publicación de las Naciones Unidas.

KATZ, J. (1996): “Régimen de incentivos, marco regulatório y comportamiento microeconómico”. **Estabilización macroeconómica, reforma estructural y comportamiento industrial: estructura y funcionamiento del sector manufacturero latino-americano en los años 90**, J.Katz (comp.), Buenos Aires, Alianza Editorial.

_____ (1987) : “Domestic technology generation in LDCs. A review of research findings”, **Technology Generation in Latin American Manufacturing Industries**. Theory and Case Studies Concerning its Nature, Magnitude and Consequences, J.Katz (ed.), MacMillan Press, Londres.

_____ (1986): **Desarrollo y crisis de la capacidad tecnológica latinoamericana**. El caso de la industria metalmeccánica, Buenos Aires, Oficina de la CEPAL en Buenos Aires.

_____ (1976): **Importación de tecnología, aprendizaje e industrialización dependiente**, México, D.F., Fondo de Cultura Económica.

ROSALES, O. (1993): “Equidad y transformación productiva con equidad: desafío para América Latina”, **Revista de economía y trabajo**, N°1, enero-junio.

ROSENTHAL, G. (1996): “La evolución de las ideas y las políticas para el desarrollo”, **Revista de la CEPAL**, N° 60, Santiago de Chile, diciembre.

_____ (1994): “El regionalismo abierto de la CEPAL”, **Pensamiento iberoamericano**, N°26, Madrid, julio-diciembre.

STUMPO, G. y R. BIELSCHOWSKY (1996): “Empresas transnacionales manufactureras en cuatro estilos de reestructuración en América Latina: los

casos de Argentina, Brasil, Chile y México después de la sustitución de importaciones”, **Estabilización macroeconómica, reforma estructural y comportamiento industrial:** estructura y funcionamiento del sector manufacturero latinoamericano en los años 90, J.Katz (ed.), Buenos Aires, Editorial Alianza.

SUZIGAN, W. y A. VILLELA (1997): **Industrial policy in Brazil**, São Paulo, Instituto de Economía, Universidade de Campinas (UNICAMP).

TOMASSINI, L. (1994a): **La reforma Del Estado y las políticas públicas**, Santiago de Chile, Centro de Análisis de Políticas Públicas, Universidad de Chile.

_____ (1994b): **¿Qué espera la sociedad del gobierno?**, Santiago de Chile, Centro de Análisis de Políticas Públicas, Universidad de Chile.

_____ (1992): **Estado, goberabilidad y desarrollo**, Washington, D.C., Banco Interamericano de Desarrollo.

VACCHINO, M. (1994): “Articulación y convergencia en el actual contexto latinoamericano, desde la perspectiva de la ALADI”, **Pensamento iberoamericano**, N°15, Madrid, Instituto de Cooperación Iberoamericana, enero-julio.

VILLARREAL, R. (1988): **Industrialización, deuda y desequilibrio externo en México: un enfoque neoestructuralista (1929-88)**, México, D.F., Fondo de Cultura Económica, 1988.